

EDUCAÇÃO



Presidente
Deputado Vanderlei Macris
Vice-Presidente
Deputado Sidney Beraldo
Relator Geral
Deputado Arnaldo Jardim

GRUPO TEMÁTICO	DEPUTADOS
Cidadão do Século XXI	Alberto Calvo • Luiz Carlos Gondim
Cidadania	Claury Alves da Silva • Dimas Ramalho
Educação	César Callegari • Edson Aparecido
Saúde	Pedro Tobias • Roberto Gouveia
Habitação e Desenvolvimento Urbano	Caldini Crespo • Paulo Teixeira
Cultura, Esportes e Lazer	Hamilton Pereira • Paschoal Thomeu
Segurança	Carlos Sampaio • Zuza Abdul Massih
Terceiro Setor	Geraldo Vinholi • Newton Brandão
Trabalho e Emprego	Jamil Murad • Vanderlei Siraque
Agricultura e Agronegócios	Aldo Demarchi • Duarte Nogueira
Indústria	José Rezende • Jorge Caruso
Turismo e Serviços	Nabi Abi Chedid • Paulo Julião
Ciência, Tecnologia e Comunicações	Carlos Zarattini • Edmur Mesquita
Transportes e Energia	Edir Sales • Sidney Beraldo
Recursos Naturais e Meio Ambiente	Jilmar Tatto • Rodolfo Costa e Silva
Reforma do Estado	Maria Lúcia Prandi • Pedro Mori



Mário Covas
Governador do Estado
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Governador
André Franco Montoro Filho
Secretário de Economia e Planejamento

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Pedro Paulo Martoni Branco

Diretor Executivo

Amara Angrisano

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Felicia Reicher Madeira

Diretor Adjunto de Análise Socioeconômica

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor Adjunto de Produção de Dados

Conselho de Curadores

Adroaldo Moura da Silva (Presidente)

Ana Maria Alonso Ferreira Bianchi

Antonio Márcio Fernandes Costa

Carlos Antonio Luque

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

Hélio Nogueira da Cruz

Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Michael Zeitlin

Conselho Fiscal

Caioce Ishiquirama

Daniela Micioni

Sandra Lucia Fernandes Marinho

POPULAÇÃO DE 7 A 24 ANOS QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA

Este caderno apresenta subsídios para a discussão de seis temas (ou metas) prioritários: a erradicação do analfabetismo; o fim do problema da criança fora da escola; a universalização do Ensino Fundamental; a universalização do ensino entre os jovens; o aumento da escolaridade média da juventude paulista; e a melhoria da qualidade do ensino.

Diversos indicadores educacionais para o Estado de São Paulo estão representados por meio de mapas, gráficos e tabelas, que condensam a informação oferecida.

A seguir, os principais temas abordados e os mais importantes resultados observados:

- *Analfabetismo de adolescentes e jovens.* O analfabetismo na faixa etária de 11 a 24 anos está ganhando contornos residuais em São Paulo, embora ainda bem presente nas regiões menos desenvolvidas do Estado, como o Vale do Ribeira e o trecho da Serra do Mar ao longo do Litoral Norte.
- *Crianças e jovens fora da escola.* A proporção de crianças de 7 a 14 anos fora da escola tem caído de forma significativa, estando abaixo de 5% para o Estado de São Paulo em 1996. Quanto aos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos fora da escola, a proporção continua elevada, sendo superior a 40%. À semelhança do analfabetismo, a situação é pior nas áreas menos desenvolvidas do Estado.
- *Perfil das crianças e jovens fora da escola.* Em geral, as crianças e os jovens fora da escola provêm de famílias de baixa renda, filhos de pais pouco escolarizados, e são cada vez mais inativos economicamente. Além dos problemas econômicos, há indícios importantes de que muitas vezes eles abandonam a escola por desinteresse ou motivos domésticos.
- *Fluxo escolar.* O fluxo escolar melhorou na década de 90. Isto se reflete tanto no aumento da proporção de indivíduos que concluem o Ensino Fundamental quanto na evolução da escolaridade média de crianças e jovens. Pela primeira vez, a universalização do Ensino Fundamental parece ser meta viável para os próximos anos.
- *Matrículas.* Nos últimos 20 anos, o número de matrículas em todos os níveis de ensino cresceu de modo significativo, tendo atingido mais de 8 milhões de alunos matriculados em 1998. O ensino público é o maior responsável por esse crescimento. Na última década, houve também grande expansão do Ensino Médio.
- *Despesas com Educação.* A despesa estadual com Educação, em queda no início da década, tem crescido nos últimos anos, quase atingindo o montante de 6 bilhões de reais em 1998. A despesa média por aluno matriculado no sistema estadual de Ensino Fundamental e no Ensino Médio passou de R\$ 490 em 1994 para R\$ 630 em 1998.
- *Ensino profissionalizante e exigências do mercado.* A proporção de jovens matriculados no ensino profissionalizante é bastante limitada. É crescente, porém, a importância que os jovens atribuem à educação formal e ao ensino complementar como essenciais à sua integração ao mercado de trabalho.
- *Demandas emergentes.* Com a redução do número de crianças e jovens fora da escola e a melhoria do fluxo escolar, a demanda pelo Ensino Médio e pelo Ensino Superior está crescendo e esse crescimento tende a se intensificar no início do século XXI. Entre outros, este aspecto implica levar em consideração os problemas de financiamento do Ensino Médio.

O objetivo é apontar, a partir de dados educacionais e socioeconômicos existentes na Fundação Seade, os principais problemas e desafios que os governantes e a sociedade paulista deverão enfrentar para atingir o nível de desenvolvimento educacional compatível com as aspirações sociais, demandas e exigências do mundo globalizado. Ao longo do século XX, a desigualdade educacional e a exclusão atingiram parte significativa dos brasileiros. Milhões de pessoas não tiveram acesso à escola e, apesar dos esforços já realizados, milhares continuam à margem dela; ou dentro, mas à margem da aprendizagem; ou ainda aprendendo, mas não sabendo o que fazer com o que aprenderam.

A educação inexistente ou inadequada é um dos principais responsáveis pela exclusão social. Primeiro, porque ela mesma tem sido excludente; segundo, porque ficar fora da escola significa ser excluído da participação social e das condições pessoais e familiares importantes para cuidar da saúde, alimentação e até da educação dos filhos; terceiro, porque os que a ela não chegam (ou estudam precariamente) terão menos oportunidades de emprego e melhoria da renda e da qualidade de vida. Além do mais, a educação não se restringe aos anos escolares e ao ambiente da escola formal. O mundo do trabalho está exigindo dos trabalhadores qualificação e atualização permanentes, além de novas capacitações como o domínio da informática e de línguas estrangeiras.

Como referência, foram adotadas duas vertentes analíticas principais na busca dos indicadores educacionais mais sintéticos possíveis: o analfabetismo de adolescentes e jovens e as crianças e jovens fora da escola. Esses indicadores foram tratados na dimensão espacial, representada pelos mapas dos municípios paulistas; na dimensão explicativa, por meio de gráficos e tabelas que especificam o perfil das crianças e jovens fora da escola; e na dimensão temporal, também por meio de gráficos que evidenciam a evolução dos indicadores sob o aspecto tempo.

A erradicação do analfabetismo e o fim do problema das crianças de 7 a 14 anos fora da escola são objetivos básicos e reconhecidos até mesmo em termos legais. Não podem ser vistos, porém, como fins exclusivos da política educacional. É preciso identificar também os padrões de mudança do sistema educacional para obter informações a respeito de três outras questões importantes: a possibilidade de universalização do Ensino Fundamental; a evolução da escolaridade média da juventude paulista; e a evolução quantitativa e qualitativa do sistema educacional.

Indicadores gerais

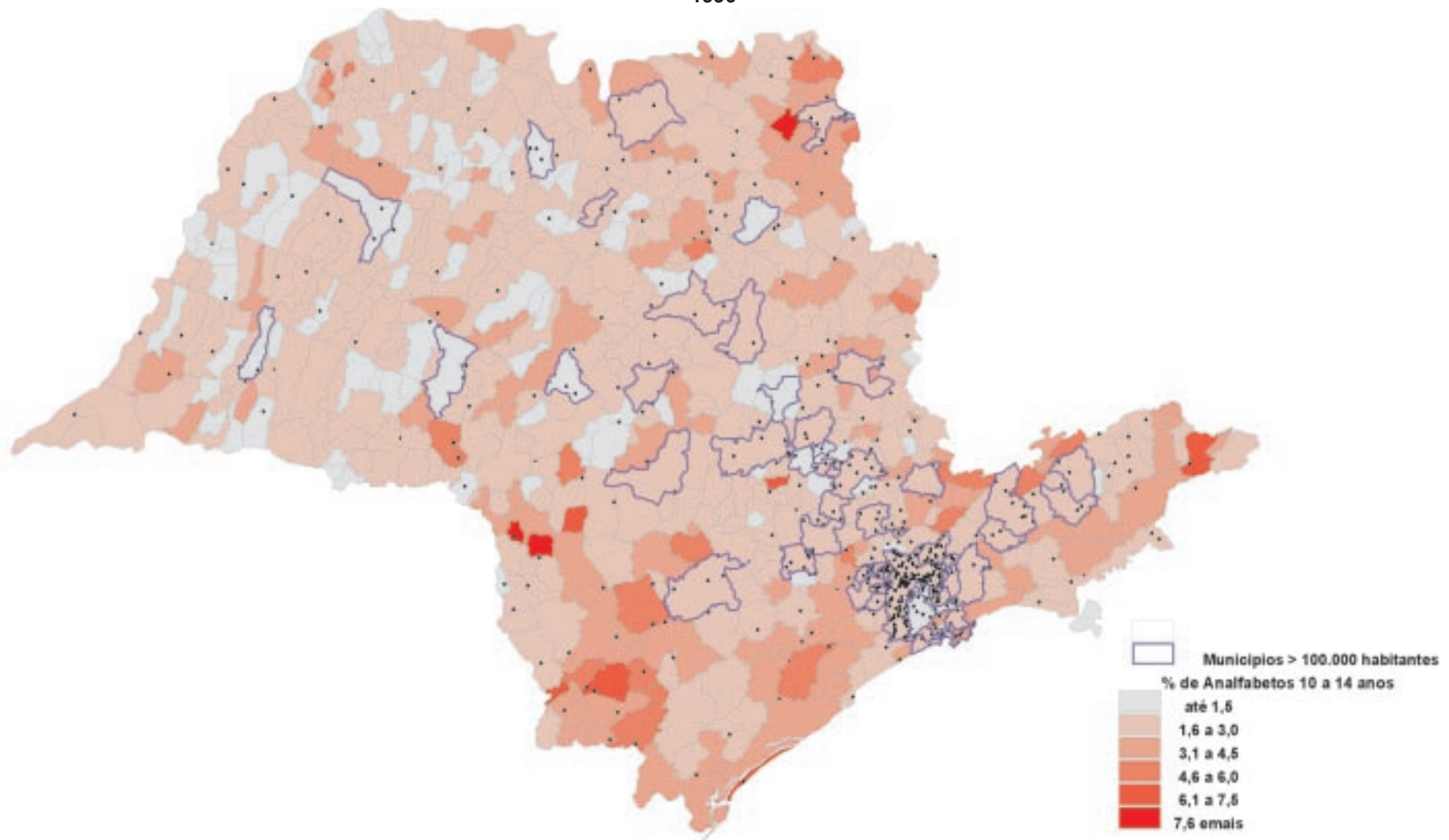
Analfabetismo

Analfabetos na População de 11 a 14 Anos

Na faixa etária de 11 a 14 anos, o analfabetismo é bom indicador da efetividade do Ensino Fundamental. De fato, caso seguissem o padrão normal de progressão escolar, aos 11 anos todas as crianças deveriam estar cursando a 5ª série do Ensino Fundamental, alfabetizadas e conhecendo as operações matemáticas.

Em 1996, quando comparado a outras unidades da Federação, São Paulo apresentava indicadores razoáveis de analfabetismo nessa faixa etária, com um nível de 2% (Gráficos 4 e 5). Segundo a PNAD, o indicador era de 7,6% para o Brasil em 1997. Nenhum município do Estado apresentava mais de 9% do total de crianças entre 11 e 14 anos na condição de analfabetas.

Mapa 1
Analfabetos na População de 11 a 14 anos
1996



Fonte: Fundação IBGE, 1996.

Fonte: IBGE, 1996

Apenas nove municípios registravam mais de 6% de analfabetos nessa faixa etária: Arandu, Mombuca, São José do Barreiro, Bom Sucesso de Itararé, Ribeirão Branco, Ilha Comprida, Sarutaiá, São José da Bela Vista e Tejuapá.

Os municípios com mais altos níveis de analfabetismo na faixa de 11 a 14 anos eram todos de pequeno porte e localizados nas áreas de menor desenvolvimento do Estado, como o Vale do Ribeira e o fundo do Vale do Paraíba. Por outro lado, os municípios do Oeste do Estado e em algumas áreas com maior concentração populacional – os do ABC, por exemplo – apresentam níveis mais baixos de analfabetismo, com patamares inferiores a 1,5% (Mapa 1).

Em termos absolutos, havia no Estado 54,3 mil analfabetos entre 11 e 14 anos. Apesar de os números relativos indicarem níveis de analfabetismo mais elevados nas áreas menos populosas, em termos absolutos esses indivíduos tendem a se concentrar nos locais de grande adensamento populacional. De fato, o município com maior número absoluto de analfabetos na faixa de 11 a 14 anos era o de São Paulo (13,1 mil), seguido por Guarulhos (1,9 mil) e Campinas (1,2 mil). O último indicador é fundamental, pois mostra onde – em termos numéricos – as políticas públicas podem ser mais eficientes para melhorar os indicadores educacionais do Estado em geral.

Analfabetos na População de 15 a 17 Anos

Na faixa etária de 15 a 17 anos, os analfabetos constituem um grupo que terá grande dificuldade de se alfabetizar. Após a idade de 15 anos, o indivíduo que não sabe ler tende a ser excluído do sistema escolar regular e terá de freqüentar cursos supletivos ou de alfabetização de adultos. Como grande parte desses jovens está entrando para o mercado de trabalho, será mais difícil para eles voltarem a estudar no futuro.

Em 1996, o Estado de São Paulo apresentava um nível de analfabetismo de 2,2% na faixa etária de 15 a 17 anos (Gráficos 4 e 5). Segundo a PNAD, o indicador era de 5,4% para o Brasil, em 1997. Os números revelam que o analfabetismo entre 11 e 14 anos é praticamente igual ao da faixa etária de 15 a 17 anos e evidenciam o fato de que a maioria das crianças paulistas está sendo alfabetizada antes dos 11 anos de idade, nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Nenhum município do Estado apresentava mais de 9% de analfabetos no total de crianças nessa faixa etária.

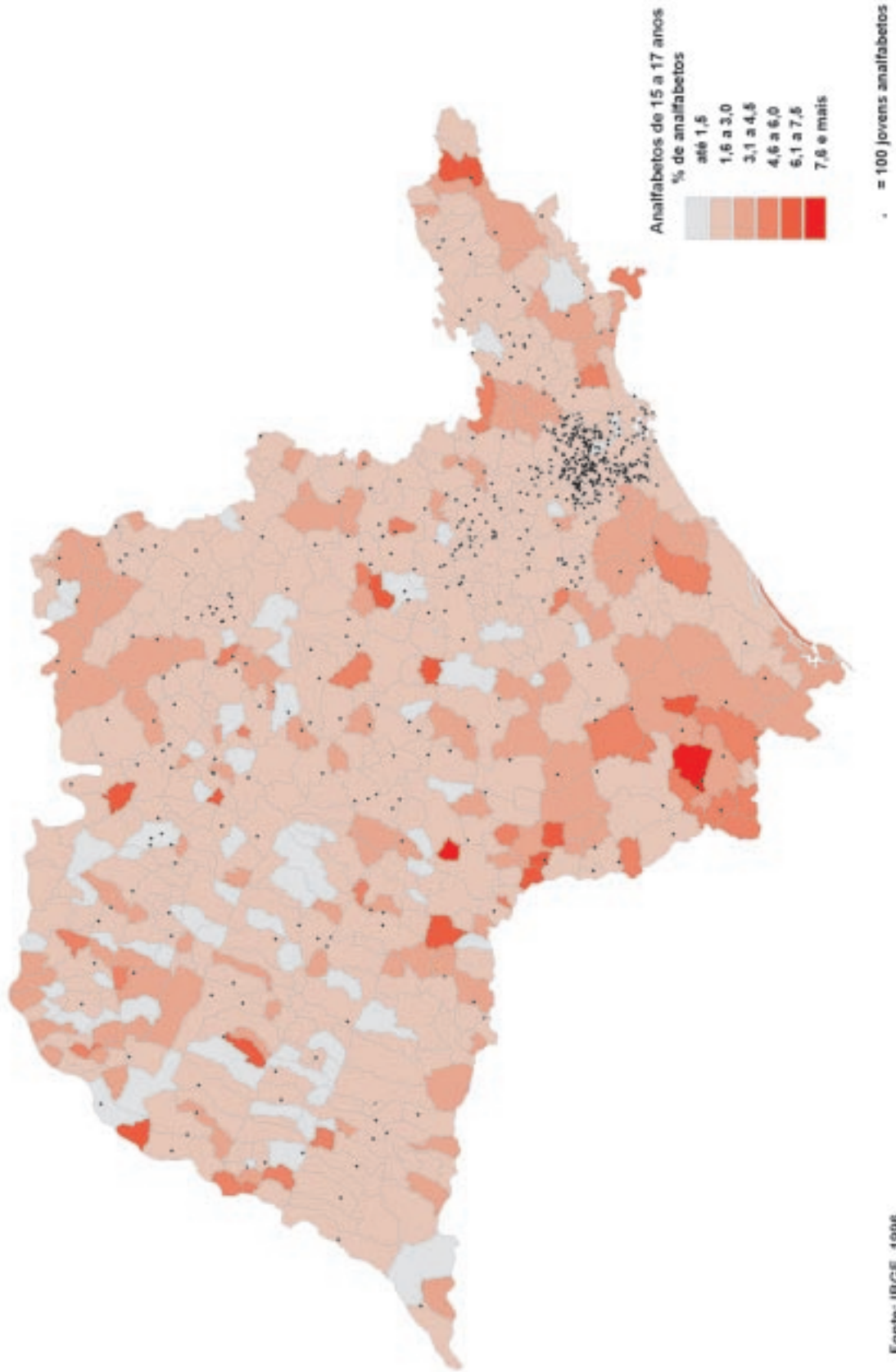
Apenas seis registravam mais de 6% de analfabetos nessas idades: Altair, Sarutaiá, São José do Barreiro, Itapura, Ribeirão Branco e Tejuapá. Os dois últimos também tinham elevados níveis de analfabetismo na faixa etária de 11 a 14 anos. Os municípios com os mais altos índices de analfabetismo na faixa de 15 a 17 anos eram de pequeno porte e se localizavam nas áreas com os piores níveis socioeconômicos, como o Vale do Ribeira (Mapa 2). Por outro lado, os níveis mais baixos de analfabetismo foram encontrados nos pequenos municípios do Oeste. Os municípios de grande porte, em geral, apresentavam níveis intermediários, entre 1,5% e 3%.

Em termos absolutos, o Estado apresentava o total de 44,8 mil analfabetos com idades entre 15 e 17 anos. Mesmo com menores níveis de analfabetismo nas áreas mais populosas do Estado, em termos absolutos os analfabetos estão agrupados nos locais de grande concentração populacional. De fato, o município com o maior número absoluto de analfabetos na faixa de 15 a 17 anos era o de São Paulo (11,7 mil), seguido por Guarulhos (1,4 mil) e Campinas (1,0 mil). É provável que o analfabetismo nessas áreas seja reflexo de fluxos migratórios, que começam a ser significativos para esse grupamento etário.

Analfabetos na População de 18 a 24 Anos

Pessoas que não sabem ler nem escrever na faixa etária de 18 a 24 anos, de modo geral compõem o grupo populacional que tenderá a permanecer analfabeto ao longo da vida adulta.

Mapa 2
Jovens de 15 a 17 anos analfabetos
Estado de São Paulo
1996



Após os 18 anos, esses indivíduos encontrarão dificuldade em se escolarizar, tendo como única opção os cursos de alfabetização de adultos. Grande parte já entrou para o mercado de trabalho em tempo integral, o que torna ainda mais difícil a volta aos bancos escolares.

Em 1996, o Estado apresentava um nível de analfabetismo de 2,1% na faixa etária de 18 a 24 anos (Gráficos 4 e 5). Segundo a PNAD, o indicador era de 6,8% para o Brasil, em 1997. Como foi visto anteriormente, o analfabetismo na faixa etária de 18 a 24 anos é igual ao das faixas etárias de 15 a 18 anos e de 11 a 14 anos. Isso mostra que em São Paulo as crianças são alfabetizadas antes dos 11 anos de idade, ou tendem a ser excluídas do sistema.

Nenhum município paulista contava mais de 9% de analfabetos no total de jovens entre 18 e 24 anos. Pequena parcela deles tinha níveis de analfabetismo superiores a 7,5%, localizados principalmente nas áreas com piores níveis socioeconômicos como o Vale do Ribeira (Mapa 3). Os municípios com os mais altos níveis de analfabetismo na faixa de 18 a 24 anos eram, em geral, de pequeno porte. Por outro lado, níveis baixos de analfabetismo eram encontrados em pequenos municípios do Oeste, situação análoga à de grandes municípios localizados nos eixos das rodovias Dutra e Anhangüera.

Em termos absolutos, 92,4 mil era o total de analfabetos com idades entre 18 e 24 anos no Estado. Os analfabetos estavam agrupados nos locais de grande densidade populacional e o maior número absoluto de analfabetos nessa faixa etária era o de São Paulo (24,9 mil), seguido por Guarulhos (3,3 mil) e Campinas (1,8 mil). É possível que o analfabetismo nessas áreas deva-se também aos de fluxos migratórios, muito significativos nesse grupamento etário.

Crianças e Jovens Fora da Escola

Crianças Fora da Escola na População de 7 a 10 Anos

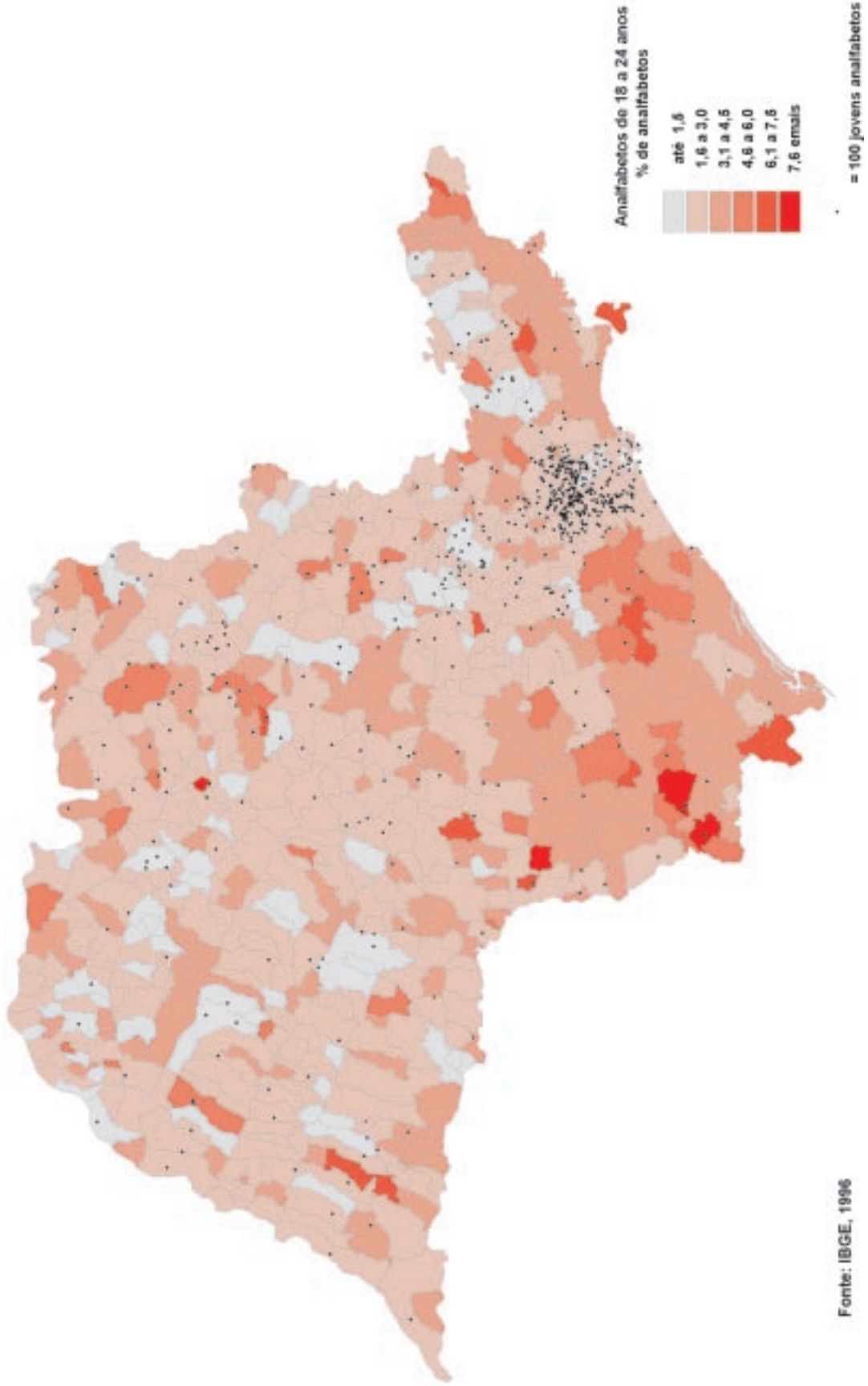
A faixa etária de 7 a 10 anos é referência básica para a análise do Ensino Fundamental. Nela, por lei, todas as crianças devem estar na escola. As exceções possíveis referem-se a crianças excepcionais, que devem receber educação especial.

Em 1996, do total de crianças fora da escola na faixa etária de 7 a 10 anos (Gráficos 6 e 7), São Paulo tinha uma proporção de 3,9%. Segundo a PNAD, o indicador era de 6,2% para o Brasil em 1997. Embora a proporção observada para o Estado seja baixa, os dados evidenciam que ainda existe um esforço a ser realizado na área.

Nenhum município de São Paulo apresentava mais de 16% do total de crianças fora da escola. Sete municípios contavam mais de 10% de crianças fora da escola nessa faixa etária: Barra do Chapéu, Taquaritinga, Nazaré Paulista, Nova Campina, Buri, Ribeirão Branco e São José do Barreiro. Nos dois últimos municípios também ocorre elevado analfabetismo. Os municípios com maior proporção de crianças fora da escola eram de pequeno porte e se localizavam nas áreas com piores níveis socioeconômicos, principalmente no Vale do Ribeira. Por outro lado, os municípios com os melhores indicadores também eram de pequeno porte e predominavam na Região Oeste do Estado, onde grande parte dos municípios apresenta menos de 3% das crianças residentes fora da escola. A Região Metropolitana e o Litoral encontram-se em situação intermediária (Mapa 4).

Em termos absolutos, havia no Estado 100,6 mil crianças fora da escola na faixa etária entre 7 e 10 anos. Obviamente, em termos absolutos, as crianças fora da escola tendem a estar agrupadas nos locais de grande concentração populacional. De fato, o município com maior número absoluto de crianças fora da escola era o de São Paulo (29,8 mil), seguido por Guarulhos (4,2 mil) e Campinas (2,6 mil). A questão da criança fora da escola nesses municípios depende

Mapa 3
Jovens de 18 a 24 anos analfabetos
Municípios do Estado de São Paulo
1996



menos do número total de vagas e mais das condições de localização das escolas, que nem sempre acompanha a rápida transformação urbana das metrópoles, com o esvaziamento demográfico dos centros urbanos e o crescimento das periferias.

Crianças Fora da Escola na População de 11 a 14 Anos

A análise da escolaridade na faixa etária de 11 a 14 anos é básica para a universalização do Ensino Fundamental. Se todas as crianças estivessem na escola e a progressão escolar fosse normal, elas estariam completando a 8ª série com 14 anos de idade. A existência de crianças fora da escola com menos de 14 anos indica que esses indivíduos sequer chegarão a completar o primeiro nível de escolaridade.

No Estado, em 1996, a proporção de crianças fora da escola, na faixa etária de 11 a 14 anos (Gráficos 6 e 7) era de 7,0%. Segundo a PNAD, o indicador era de 7,7% para o Brasil, em 1997. Em outras palavras, o estímulo à escolarização de Ensino Fundamental, promovido pelo Governo Federal a partir do FEF, parece implicar forte ampliação da frequência à escola nos demais estados da Federação nessa faixa etária.

Nenhum município de São Paulo apresentava mais do que 35% do total de crianças fora da escola nas idades de 11 e 14 anos. Apenas em oito municípios havia mais de 25% de crianças fora da escola nessa faixa etária: Barra do Chapéu, Taquaritinga, Sarutaiá, Natividade da Serra, Nova Campina, Pedra Bela, Ribeirão Branco, Tejujá e Cunha. Em 75 municípios – localizados sobretudo no Vale do Ribeira, na Serra do Mar ao longo do Litoral Norte e no eixo da Rodovia Fernão Dias – mais de 15% de crianças estavam fora da escola. São, porém, municípios pequenos que, em conjunto, somavam 16,6 mil crianças fora da escola nessa faixa etária, ou 8,6% do total do Estado. Os municípios com melhores indicadores se localizavam na Região Oeste do Estado e no eixo das rodovias Anhauguera e Dutra (Mapa 5).

Em termos absolutos, o Estado apresentava o total de 193,5 mil crianças fora da escola na faixa etária entre 11 e 14 anos, em 1996. Estas crianças fora da escola novamente estão agrupadas nos municípios de altíssima densidade populacional. O município com maior número absoluto de crianças fora da escola era o de São Paulo (44,9 mil), seguido por Guarulhos (4,8 mil) e Campinas (4,3 mil). Os resultados implicam que, independentemente dos números relativos, as ações de efeito imediato devem ser realizadas nos municípios de maior porte.

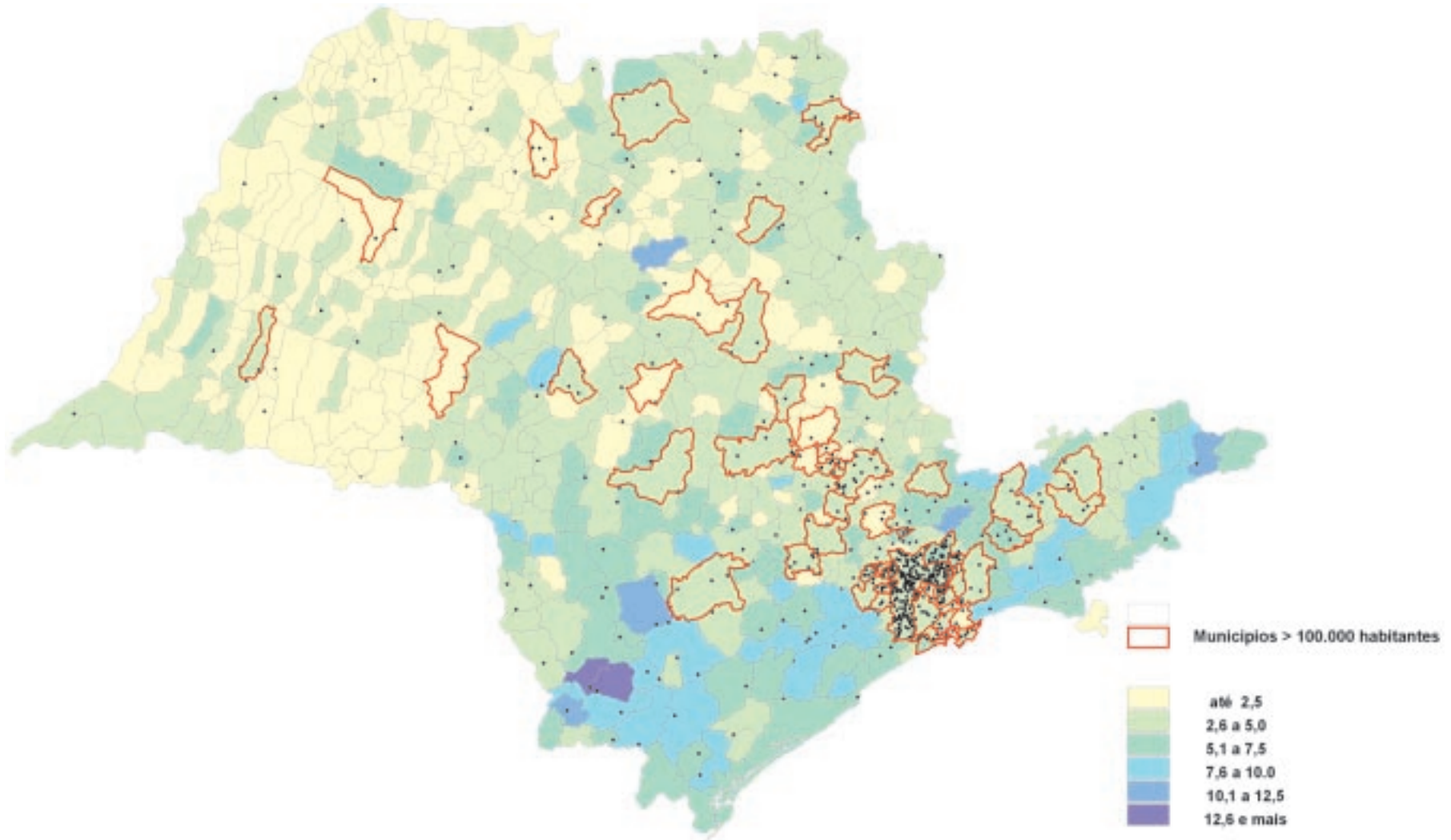
Jovens Fora da Escola na População de 15 a 17 anos

A faixa etária de 15 a 17 anos é peculiar no Brasil por ter sempre caracterizado uma fase de transição do jovem entre a escola e o trabalho. O padrão entra em crise no momento em que o mercado de trabalho se retrai – fenômeno que afeta particularmente o jovem – tornando a questão da juventude fora da escola um tema particularmente importante para o poder público, inclusive com repercussões na questão da violência.

São Paulo apresentava em 1996 uma proporção de 26,9% do total de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos fora da escola (Gráficos 6 e 7). Segundo a PNAD, o indicador era de 26,7% para o Brasil, em 1997. Embora a proporção seja a mesma, é preciso considerar que a escolaridade média dos adolescentes em São Paulo é mais alta que a média brasileira e que parte desses jovens estão fora porque completaram o Ensino Fundamental e até o Ensino Médio.

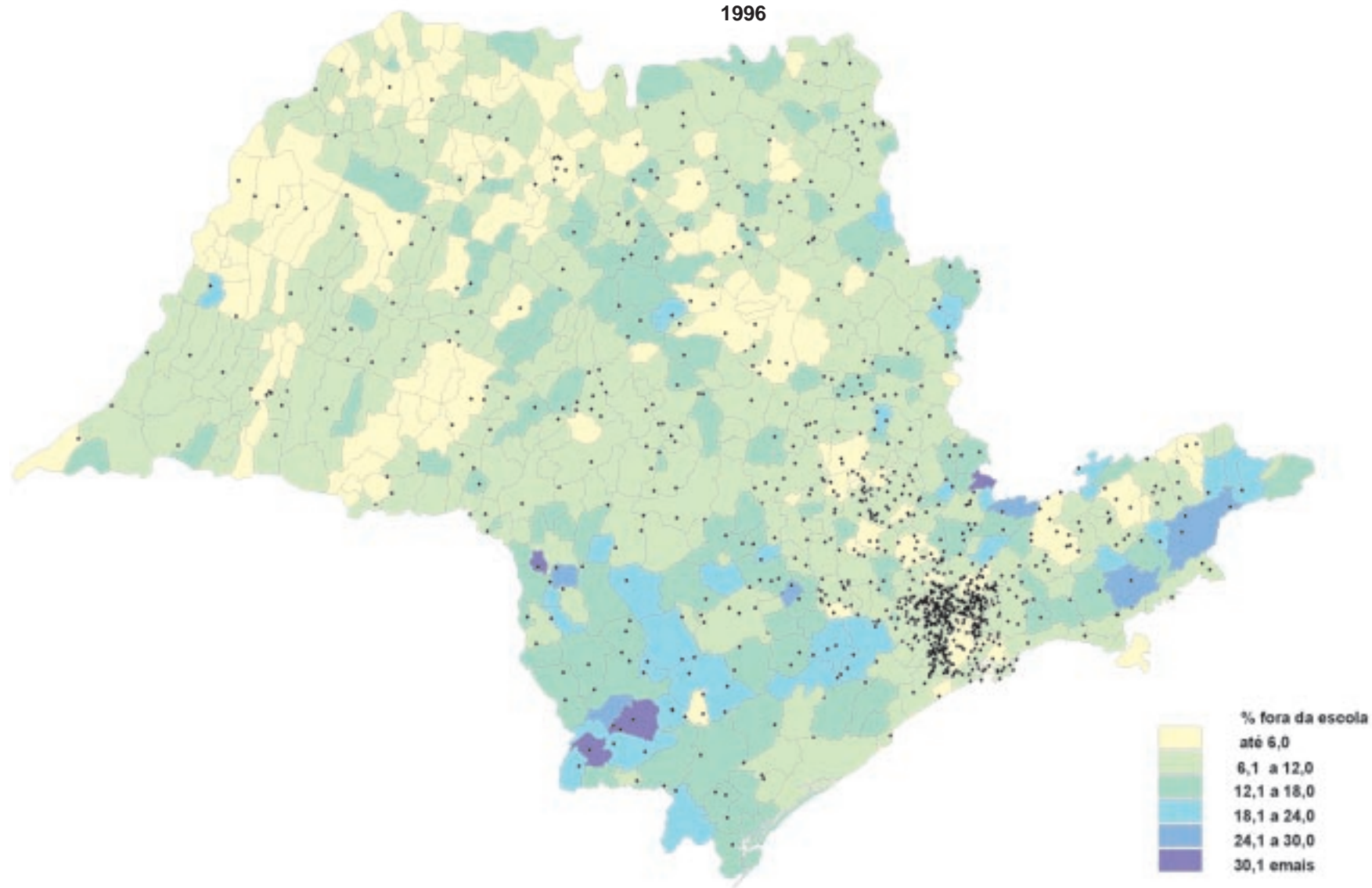
Nenhum município de São Paulo registrava mais de 70% do total de jovens fora da escola nas idades de 15 e 17 anos. Apenas cinco municípios tinham mais de 60% de jovens fora da

Mapa 4
População de 7 a 10 Anos Fora da Escola
1996



Fonte: IBGE, 1996

Mapa 5
População de 11 a 14 Anos Fora da Escola
1996



Fonte: IBGE, 1996

escola nessa faixa etária: Barra do Turvo, Natividade da Serra, Pedra Bela, Ribeirão Branco e São José do Barreiro. O total de 149 municípios – localizados sobretudo no Vale do Ribeira, na Serra do Mar ao longo do Litoral Norte e no eixo da Rodovia Fernão Dias – apresentava mais de 40% de jovens fora da escola. Trata-se, porém, de municípios pequenos. Em conjunto, eles somavam 62,4 mil jovens fora da escola nessa faixa etária, ou 11,2% do total do Estado. Os municípios com melhores indicadores eram também de pequeno porte e se concentravam na Região Oeste e na Região Metropolitana (Mapa 6).

Em termos absolutos, em 1996 o total no Estado era de 557 mil jovens fora da escola na faixa etária entre 15 e 17 anos e agrupados em áreas de alta densidade populacional. O município com maior número absoluto de jovens fora da escola era o de São Paulo (132,4 mil), seguido por Guarulhos (16,0 mil) e Campinas (12,4 mil). Este grande contingente está inflado por ampla geração de jovens de baixa renda (também chamada de “onda jovem”) agrupada sobretudo na periferia dos grandes centros.

Jovens Fora da Escola na População de 18 a 24 anos

A faixa etária de 18 a 24 anos tem sido tradicionalmente caracterizada no Brasil como de indivíduos que já integram o mercado de trabalho. Isto ainda vale (*Caderno 9 – Trabalho e Emprego*), mas existem indicações de que o padrão está mudando. A entrada no mercado de trabalho parece dar-se cada vez mais tardiamente, e o mercado passa a exigir um trabalhador crescentemente qualificado, o que implica mais tempo dedicado à qualificação.

O Estado apresentava em 1996 uma proporção de 72,9% do total de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos fora da escola (Gráficos 6 e 7). Segundo a PNAD, o indicador era de 70,6% para o Brasil, em 1997. Em outras palavras, os dados mostram que a maioria dos jovens nessa faixa etária já se encontram fora da escola, e que a universidade, ainda hoje, só é acessível a um grupo muito reduzido de indivíduos em termos proporcionais.

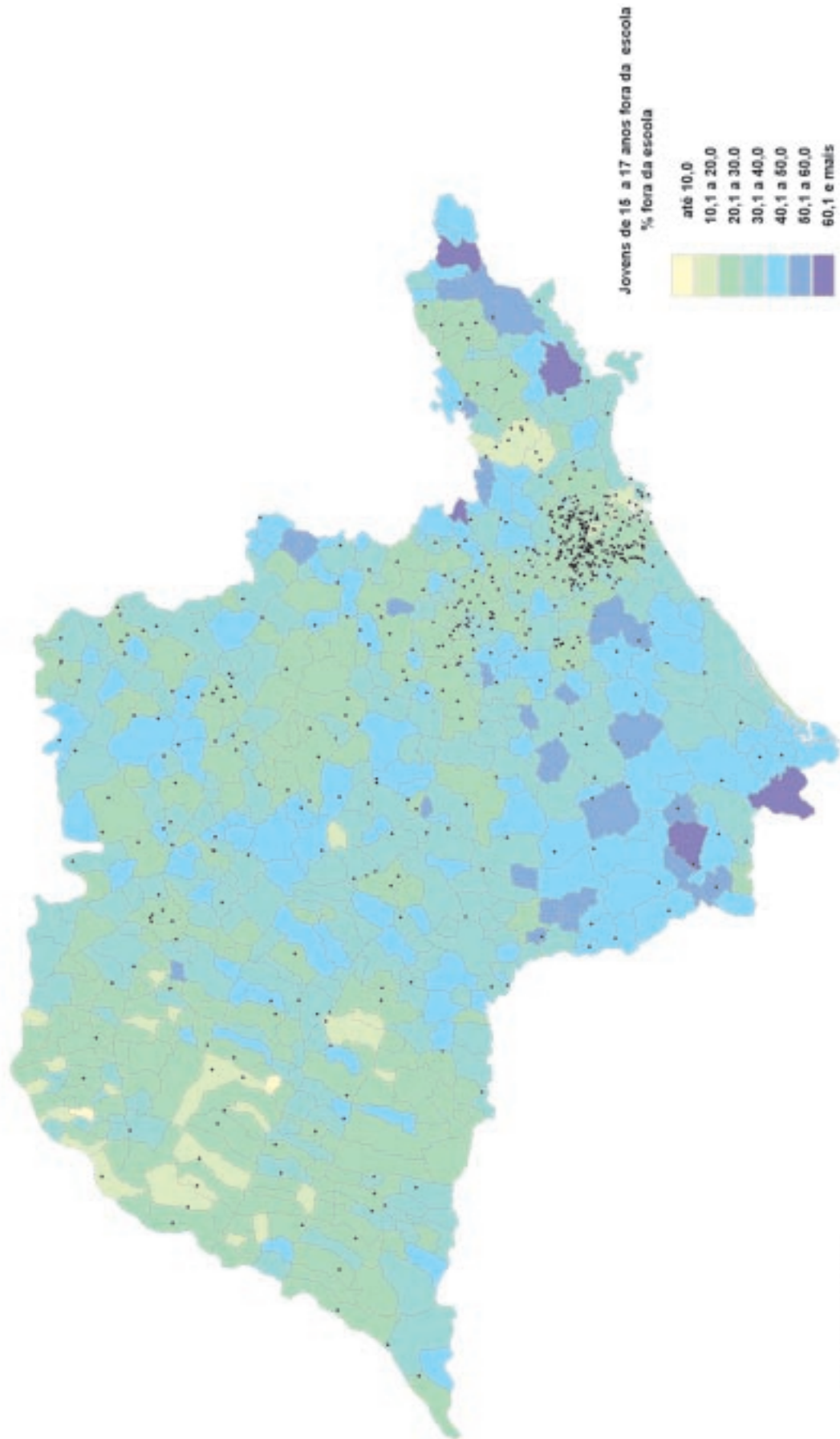
Um total de 226 municípios do Estado apresentavam mais de 80% de jovens fora da escola na faixa de 18 a 24 anos. Localizados sobretudo no Vale do Ribeira, na Serra do Mar ao longo do Litoral Norte, no eixo da Rodovia Fernão Dias e no Norte do Estado são, de modo geral, municípios pequenos. Em conjunto, eles tinham um total de 425,3 mil jovens fora da escola nessa faixa etária, ou 9,4% do total do Estado. Os municípios com melhores indicadores eram os de grande porte, localizados nos eixos das principais rodovias (Mapa 7). Provavelmente a existência de universidades públicas e privadas nos locais explica os indicadores.

Em termos absolutos, o Estado apresentava um total de 3.274,9 mil jovens fora da escola na faixa etária entre 18 e 24 anos, em 1996. Estes jovens estão obviamente reunidos em áreas de alta densidade populacional. O município com maior número absoluto de jovens fora da escola nessa faixa era o de São Paulo (919,0 mil), seguido por Guarulhos (104,1 mil) e Campinas (79,7 mil). Esse grande grupo etário também está sendo afetado pelo fenômeno da “onda jovem” mencionada.

Caracterização das Crianças e Jovens Fora da Escola

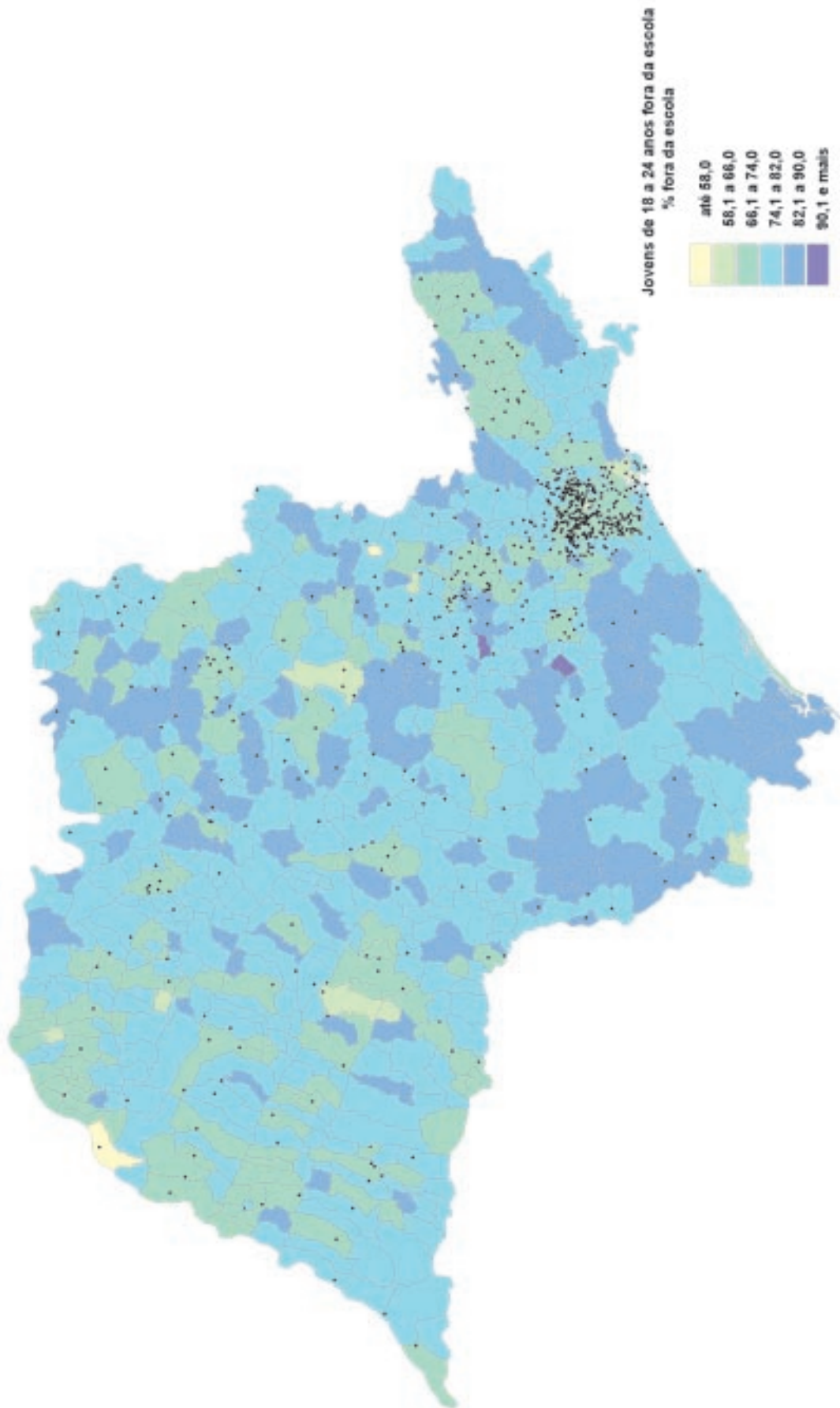
Embora o analfabetismo tenha atingido níveis relativamente baixos na maior parte dos municípios do Estado de São Paulo, pequena proporção de crianças (7 a 14 anos) e larga proporção de jovens (15 a 24 anos) não freqüentam a escola. Isso ocorre apesar das evidências de que, na última década, o sistema educacional vem ampliando significativamente seu nível de cobertu-

Mapa 6
Jovens de 15 a 17 anos fora da escola
Estado de São Paulo
1996



Fonte: IBGE, 1996

Mapa 7
Jovens de 18 a 24 anos fora da escola
Estado de São Paulo
1996



Fonte: IBGE, 1996

ra. Ainda estamos longe da universalização do acesso à escola, principalmente em relação aos jovens. Em outras palavras, a despeito da recente melhora nos índices de escolarização, a permanência no sistema de ensino continua sendo desafio importante.

O abandono escolar entre os jovens prossegue, embora em menores proporções, confirmando a necessidade da melhor **compreensão** do fenômeno. As causas para a saída de crianças e jovens da escola são múltiplas, não podendo ser resumidas a problemas internos do sistema educacional, como oferta de vagas e atraso escolar. Questões relacionadas ao perfil da família, ao trabalho precoce e à falta de interesse nos estudos devem ser consideradas para explicar a dinâmica. Para aprofundar o entendimento do problema, recorreremos aos dados relativamente inéditos da *Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo* (PCV), produzida pelo Seade para os anos de 1994 e 1998.

Serão abordadas as condições de escolarização dos jovens que saíram da escola, os principais motivos para a saída, a atividade dos jovens e as condições das famílias das quais eles procedem. Sempre que possível, serão comparados os anos de 1994 e 1998 para obter o quadro da evolução do processo.

Anos de Estudo

A Tabela 1 apresenta as condições de escolaridade das crianças e jovens do Estado de São Paulo que abandonaram a escola. Surpreende observar – na comparação entre 1994 e 1998 – aumento significativo do grau de escolarização, mesmo entre os indivíduos que abandonaram a escola em período recente.

Tabela 1
Distribuição dos Indivíduos de 7 a 24 Anos que Não Frequentam Escola,
segundo Faixa Etária e Anos de Estudo
Estado de São Paulo
1994-1998

Faixa Etária e Anos de Estudo	1994	1998
7 a 24 Anos	100,0	100,0
Até 3 Anos de Estudo (1)	16,8	15,2
4 a 7 Anos de Estudo	43,0	35,6
8 a 10 Anos de Estudo	21,0	18,2
11 Anos e Mais de Estudo	19,2	31,0
18 a 24 Anos	100,0	100,0
Até 3 Anos de Estudo (1)	12,3	10,2
4 a 7 Anos de Estudo	40,9	34,1
8 a 10 Anos de Estudo	23,6	19,6
11 Anos e Mais de Estudo	23,2	36,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Inclusive analfabetos.

Observa-se que a proporção dos muito pouco escolarizados está diminuindo entre os fora da escola, e é crescente a proporção dos que têm Ensino Médio completo (11 anos de estudo e mais). Enquanto cerca de 60% das pessoas entre 7 e 24 anos que abandonaram a escola tinham menos de oito anos de estudo em 1994, em 1998 a proporção caiu para 51%. Analogamente, a proporção dos jovens com mais de 11 anos de estudo cresceu de 19% para 31%.

Da mesma maneira, no segmento de jovens de 18 a 24 anos, mais de um terço (36,2%) tinha concluído o Ensino Médio em 1998, indicando significativa melhora no desempenho escolar dessa faixa etária em relação ao ano de 1994 (23,1%). Aproximadamente 56% do total de jovens de 18 a 24 anos tinha concluído o Ensino Fundamental (mais de oito anos de estudo) em 1998, contra apenas 47% em 1994.

Dois aspectos favoráveis devem ser identificados: primeiro, a proporção das crianças e jovens que abandona a escola tem caído significativamente ao longo da década de 90; segundo, crianças e jovens que decidem abandonar a escola o fazem com cada vez mais alto nível de escolarização. A maioria dos jovens em 1998 tinha deixado a escola depois de completar o nível médio ou o nível fundamental.

É possível afirmar que os dados relativos à escolaridade das crianças e jovens que abandonaram a escola indicam que o aumento da escolaridade média da população jovem é um processo de transformação de grande ímpeto, cuja causa principal é a melhoria do fluxo escolar. Neste sentido, a meta de universalização do Ensino Fundamental parece estar se tornando crescentemente viável.¹

Motivos do Abandono Escolar

A investigação das razões apontadas pelos jovens, para justificar o abandono escolar precoce durante o nível fundamental, indica um quadro mais complexo do que o normalmente assumido pelos analistas. Por exemplo, para os jovens de 15 a 17 anos, a falta de interesse nos estudos foi considerada a principal responsável pelo abandono precoce do sistema escolar (39%). Esta causa também foi mencionada por 27,5% dos jovens de 18 a 24 anos (Tabela 2).

Um segundo grupo de motivos para a saída de jovens da escola pode ser inserido na categoria de motivos econômicos: 24,1% dos jovens entre 15 e 17 anos e 47,1% dos jovens entre 18 e 24 anos deixaram a escola para trabalhar ou alegaram dificuldades financeiras como justificativa principal. A proporção não era significativa entre crianças de 7 a 14 anos. Ao mesmo tempo, na faixa etária de 18 a 24 anos, o resultado é esperado, pois muitos desses jovens já são pais ou arrimos de família. De todo modo, a ampliação do ensino noturno – fenômeno crescente nos últimos dez anos – tem favorecido aos jovens trabalhadores continuarem no sistema escolar.²

Por outro lado, as causas tradicionalmente associadas à deficiência do sistema escolar (restrição de vagas e ausência de escola próxima da casa ou do trabalho) foram consideradas relevantes em 21,7% das respostas obtidas pela PCV de 1998 entre as crianças de 7 a 14 anos. Esse número não deve impressionar, pois a proporção de crianças de 7 a 14 anos fora da escola atingiu níveis muito baixos no período recente. Esse motivo era considerado menos relevante no caso das outras faixas etárias.

Nas últimas décadas, a escola pública no Brasil tem se preocupado sobremaneira com o aspecto quantitativo: mais escolas, salas, matrículas e mestres. Trata-se de preocupação louvável e relevante, na medida em que se considera a escola enquanto direito do cidadão. Os novos dados, porém, alertam para a necessidade de o sistema educacional passar a considerar mais atentamente os aspectos qualitativos relacionados aos métodos pedagógicos, à qualidade do ensino e ao entendimento mais sofisticado a respeito de quem é e o que quer o jovem contemporâneo.

Outro – e não menos ponderável – grupo de motivos para o abandono do estudo tem a ver com causas domésticas (precisou cuidar da casa ou dos filhos), cerca de 8,7% de todas as causas mencionadas por pessoas entre 18 e 24 anos em 1998. O motivo é crescentemente importante entre os jovens, pois esse grupo etário tem filhos e constitui família cada vez mais precocemente.

Em suma, quanto mais o fluxo escolar avançar e o abandono da escola se reduzir, tanto mais a escola paulista vai ter de lidar com o fenômeno da juventude. De certa forma, os novos

1. O tema é discutido em maior profundidade no capítulo *Análise das Tendências Observadas*.

2. Segundo a PCV de 1998, 68% dos jovens de 15 a 24 anos – alunos de escolas públicas – freqüentavam cursos noturnos.

Tabela 2
Distribuição dos Indivíduos de 7 a 24 Anos que Não Frequentam Escola e Não Concluíram o
2º, segundo Faixa Etária, e Motivo de Não-Frequência
Estado de São Paulo
1998

Faixa Etária e Motivo de Não-Frequência	%
7 a 14 anos	
Total	100,0
Falta de interesse
Restrição de vagas ou não havia escola perto de casa ou do trabalho	(21,7)
Preferiu trabalhar ou tem dificuldades financeiras
Precisou cuidar da casa e/ou dos filhos
Outros motivos	56,1
15 a 17 anos	
Total	100,0
Falta de interesse	39,0
Restrição de vagas ou não havia escola perto de casa ou do trabalho
Preferiu trabalhar ou tem dificuldades financeiras	(24,1)
Precisou cuidar da casa e/ou dos filhos
Outros motivos	19,3
18 a 24 anos	
Total	100,0
Falta de interesse	27,5
Restrição de vagas ou não havia escola perto de casa ou do trabalho	7,2
Preferiu trabalhar ou tem dificuldades financeiras	47,1
Precisou cuidar da casa e/ou dos filhos	8,7
Outros motivos	9,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

(...) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

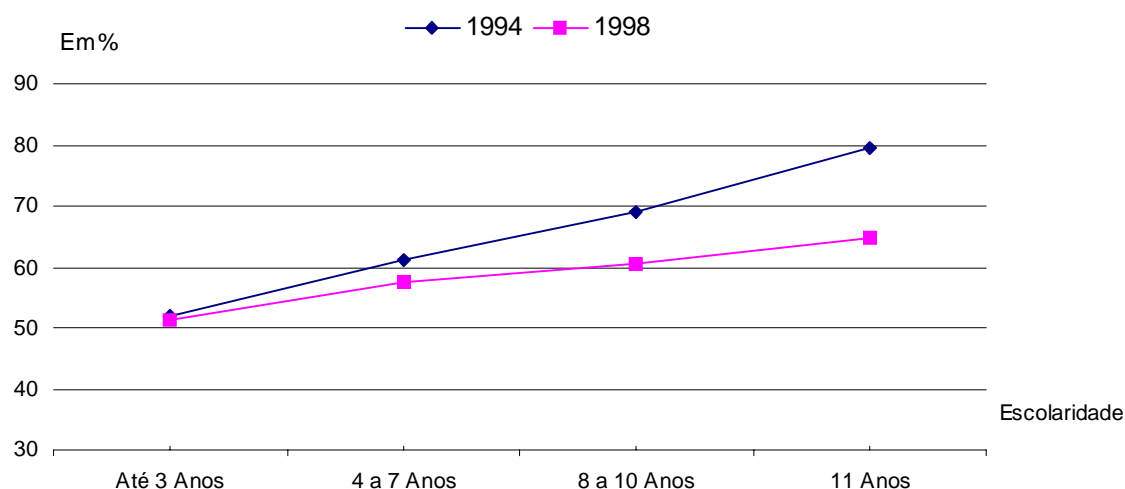
sujeitos são estranhos à pedagogia infantil tradicional. Os jovens têm sexualidade ativa, e muitos são pais e mães. Eles querem uma escola noturna, que deixe aberta a opção do emprego mesmo quando não trabalham. Finalmente, eles querem uma escola atraente, que os faça gostar dela e sentir necessidade de estudar.

Condição de Ocupação

O conflito entre trabalho precoce e frequência à escola é quase sempre apontado como causa preponderante para a saída do jovem do sistema escolar. O Gráfico 1 representa a proporção dos jovens de 15 a 24 anos que tinham abandonado a escola e estavam ocupados tanto em 1994 quanto em 1998. Nos dois períodos observados, mais de 50% dos jovens fora da escola trabalhavam em alguma atividade e a condição de ocupado era mais freqüente entre os mais escolarizados. De fato, tanto em 1994 quanto em 1998, à medida que crescia o grau de instrução, aumentava a proporção de ocupados.

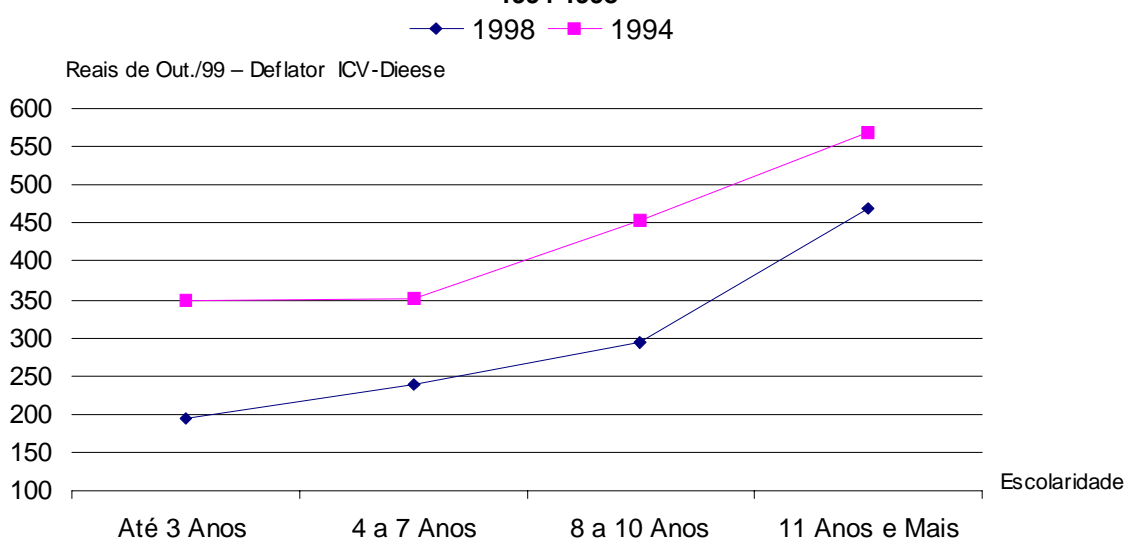
Por outro lado, entre 1994 e 1998 também a proporção de ocupados cai em todos os grupos de escolaridade considerados, à exceção dos indivíduos com menos de quatro anos de estudo. Isso significa que cada vez menos a condição de “fora da escola” pode ser explicada pela condição de ocupação. Mesmo entre os jovens mais

Gráfico 1
Proporção de Ocupados entre os Jovens (15 a 24 Anos) Fora da Escola, segundo Anos de Estudo
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: Fundação Sead - Pesquisa de Condições de Vida - PCV 1994 e 1998

Gráfico 2
Renda Familiar per Capita dos Jovens (15 a 24 Anos) Fora da Escola, segundo Anos de Estudo
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida PCV 1994 e 1998.

escolarizados a situação de inatividade é crescente, apontando para um novo e preocupante fenômeno: a questão dos jovens sem trabalho e sem escola.³

Renda Familiar per Capita

Entre um período e outro, a análise dos dados aponta para a diminuição da renda familiar per capita para os jovens que permaneceram fora da escola. Nos quatro níveis de instrução

3. Independentemente da instrução adquirida, o desemprego em geral cresceu para o período analisado, sendo mesmo maior entre os jovens de 18 a 24 anos com instrução mais elevada. Em 1994, 12,4% deles procuravam trabalho; em 1998 a proporção atingiu 20,4%. A composição do quadro é dada, sobretudo, pela participação da RMSP, onde a proporção de desempregados com maior instrução alcançou 22,9%. Ver *Caderno 9 – Trabalho e Emprego*.

considerados, houve queda do rendimento per capita da família, comportamento inverso ao observado para o total das famílias paulistas, segundo a PCV de 1998 (Gráfico 2).

De fato, a renda familiar per capita dos indivíduos de 15 a 24 anos que não freqüentavam a escola passou de R\$ 414,00 em 1994 para R\$ 318,00 em 1998. Na faixa de escolaridade mais baixa (até três anos de estudo), a queda foi ainda mais acentuada, passando de R\$ 348,00 para R\$ 195,00. O fenômeno sugere que, crescentemente, a questão dos jovens fora da escola diz respeito às famílias de renda mais baixa. E isso se verifica a despeito da tendência geral de melhoria dos ganhos observada na PCV – 1998.

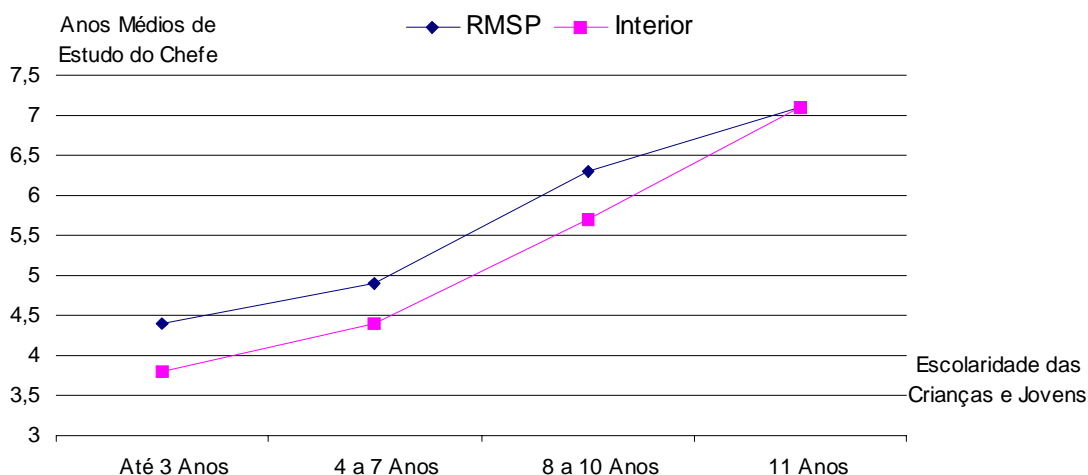
Com a redução da evasão escolar, o problema do “fora da escola” – sobretudo entre aqueles jovens com baixíssima instrução – passa a estar mais e mais relacionado aos segmentos de baixíssima renda. Na verdade, está também relacionado à combinação explosiva entre abandono escolar e instrução mínima (três anos de estudo ou menos), cada vez menos freqüente na escola paulista. Trata-se de novidade importante. Significa que a escola paulista está menos excludente, embora continue excluindo os muito pobres. E quanto mais a escola conseguir incluir jovens de baixa renda, tanto mais o problema dos muito pobres, que permanecem fora dela será passível de solução por meio de outras políticas sociais compensatórias.

Instrução dos Chefes de Família com Crianças e Jovens Fora da Escola

Elemento relevante para a análise do perfil das crianças e jovens fora da escola é a instrução dos chefes de suas famílias. Em geral, são indivíduos de baixa escolaridade: em média 5,7 anos, inferior, portanto, aos oito anos de escolaridade referentes ao Ensino Fundamental (Gráfico 3.2.3).

A distribuição é diferenciada e varia segundo a instrução obtida pelos jovens. Mesmo entre as crianças e jovens fora da escola, os que têm pouquíssima instrução pertencem, em geral, a famílias cujos chefes obtiveram pouco mais de quatro anos de estudo. Já os indivíduos com mais instrução (11 anos ou mais de estudo) contam com chefes de família também mais instruídos, sendo que entre estes a média obtida foi de sete anos de escolaridade. Esse perfil indica que, entre os jovens, a baixa instrução dos pais atua como obstáculo à progressão escolar, independentemente da condição oferta de vagas.

Gráfico 3
Anos Médios de Estudo dos Chefes de Família com Pessoas de 7 a 24 Anos Fora da Escola, segundo Anos de Estudo das Crianças e Jovens
Região Metropolitana de São Paulo e Interior do Estado



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida PCV 1994 e 1998.

Ao mesmo tempo, o resultado indica que o avanço da escolaridade média produz grandes efeitos intergeracionais, isto é, quanto mais escolarizados forem as crianças e os jovens hoje, tanto mais escolarizados serão seus filhos amanhã, bem como os filhos de seus filhos, e assim sucessivamente. Da mesma forma, quanto maior a escolaridade das mães, menor a mortalidade infantil e menor o número de filhos. Essas informações dão uma mostra notável do impacto que a escola traz para a vida social, tanto no presente quanto no futuro.

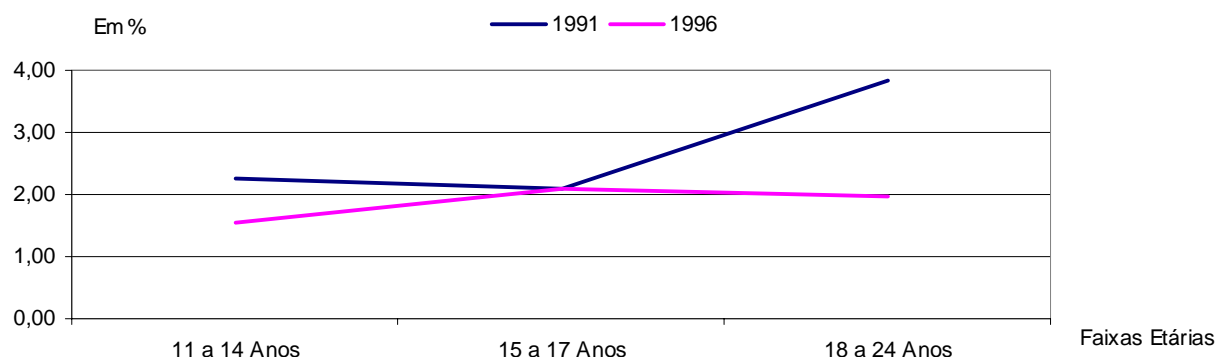
Em síntese, observou-se ao longo deste capítulo que – na medida em que aumenta a permanência de crianças e jovens na escola – os que a abandonam precocemente ganham um perfil bastante característico. Cada vez mais, são filhos de pais pouco escolarizados, oriundos de famílias de baixíssima renda e, crescentemente, desocupados. Abandonam a escola por desinteresse ou por motivos domésticos, uma vez que a escola é em grande medida disponível no período noturno, mesmo para os que trabalham. Conseguir manter esse tipo de jovem no sistema escolar traria implicações importantes para diversas outras políticas públicas (como as áreas de trabalho e segurança) e para o futuro, dados os efeitos intergeracionais da escolarização.

Análise das Tendências Observadas

Analfabetismo

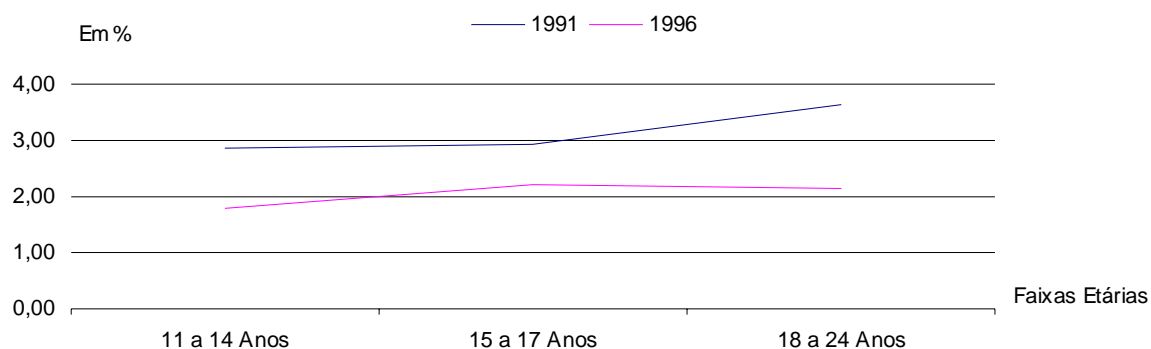
Embora alguns pequenos municípios ainda apresentem níveis relativamente altos de analfabetismo no Estado de São Paulo, como foi destacado anteriormente, de o número analfabetos na

Gráfico 4
Proporção de Analfabetos, segundo Faixa Etária
Região Metropolitana de São Paulo
1991-1996



Fonte: Fundação IBGE - Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1991 e Contagem Populacional 1996.

Gráfico 5
Proporção de Analfabetos, segundo Faixa Etária
Interior do Estado
1991-1996



Fonte: Fundação IBGE - Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1991 e Contagem Populacional 1996.

população em idade escolar apresentou níveis bastante baixos em 1996: 2% da população de 11 a 14 anos, 2,2% da população de 15 a 17 anos e 2,1% da população com idade entre 18 e 24 anos.

Na comparação entre 1991 e 1996, o analfabetismo caiu tanto na Região Metropolitana de São Paulo quanto no interior do Estado. Houve queda também em quase todas as faixas etárias estudadas (Gráficos 4 e 5). Em outras palavras, o baixo patamar de analfabetismo observado em 1996 é fruto da evolução real desse importante indicador educacional.

Os dados disponíveis indicam ainda que a quase totalidade do ensino alfabetizante no Estado está ocorrendo entre os 7 e 10 anos de idade, tanto no interior quanto na capital. Com 11 anos de idade, mais de 98% das crianças de São Paulo já estavam alfabetizadas em 1996, e o nível de analfabetismo tende a variar muito pouco depois dessa idade. Em geral, o grupo remanescente de analfabetos (2% do total) engloba os que devem ser objeto de educação especial (deficientes, etc.) ou de políticas públicas especiais, como as crianças que entraram muito precocemente no mercado de trabalho.

Esses elementos evidenciam o fato de que a Escola Paulista já atingiu o objetivo primário de alfabetizar a totalidade da população infantil, nas faixas de idade apropriadas do ponto de vista pedagógico. Resta avaliar qualitativamente a informação no sentido de captar em profundidade o significado da alfabetização oferecida. Apenas na década de 90 o Estado pôde lograr esse objetivo primário de política educacional, devendo enfrentar novos problemas e desafios, como melhorar a qualidade e o avanço da escolaridade média.

Crianças e Jovens Fora da Escola

A situação da freqüência à escola nos diversos municípios do Estado de São Paulo é relativamente heterogênea. Ainda assim, pode-se concluir que em geral era baixa a proporção de crianças fora da escola em 1996: 3,9% e 7%, nas faixas etárias de 7 a 10 e de 11 a 14 anos, respectivamente. A proporção de jovens fora da escola porém, é ainda muito elevada: 26,9% na faixa etária de 15 a 17 anos e 72,9% na de 18 a 24 anos.

De todo modo, nos anos 90 houve um esforço importante para aumentar a permanência das crianças e jovens no sistema escolar, tanto na Região Metropolitana, quanto no interior do Estado (Gráficos 6 e 7). Na região metropolitana, a proporção de crianças de 7 a 14 anos fora da escola caiu significativamente em todos os anos observados (91, 94, 96 e 98). Entre os jovens, a queda foi importante na faixa etária de 15 a 17 anos, mas não na de 18 a 24 anos. No interior, a tendência de queda foi semelhante, embora os dados observados não sejam totalmente comparáveis, uma vez que a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) para os anos de 1994 e 1998, cobre apenas os municípios com mais de 50 mil habitantes.

O fato é que, apesar da melhora, a universalização do acesso ao ensino está se dando apenas para as crianças, mas não para os adolescentes e jovens do Estado de São Paulo. Embora a maioria da população infantil tenha acesso ao Ensino Fundamental, seria interessante conhecer os motivos por que ainda 4% estejam fora dos bancos escolares. Por exemplo, quantas dessas crianças seriam excepcionais ou estariam envolvidas em trabalhos penosos.

O grande desafio que os dados apontam diz respeito à educação dos jovens. Grandes contingentes de jovens abandonam os estudos ao completar o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio. Se é verdade que o mercado de trabalho é crescentemente restritivo aos jovens e aos sem-escolaridade (*Caderno 9 – Trabalho e Emprego*) o grande problema está em como ocupar o tempo dessa juventude. Neste sentido, a expansão do Ensino Médio e Superior parece ser o grande desafio para o sistema educacional de São Paulo nos próximos anos.

Gráfico 6
Proporção de Pessoas Fora da Escola, segundo Faixa Etária
Região Metropolitana de São Paulo
1991-1998

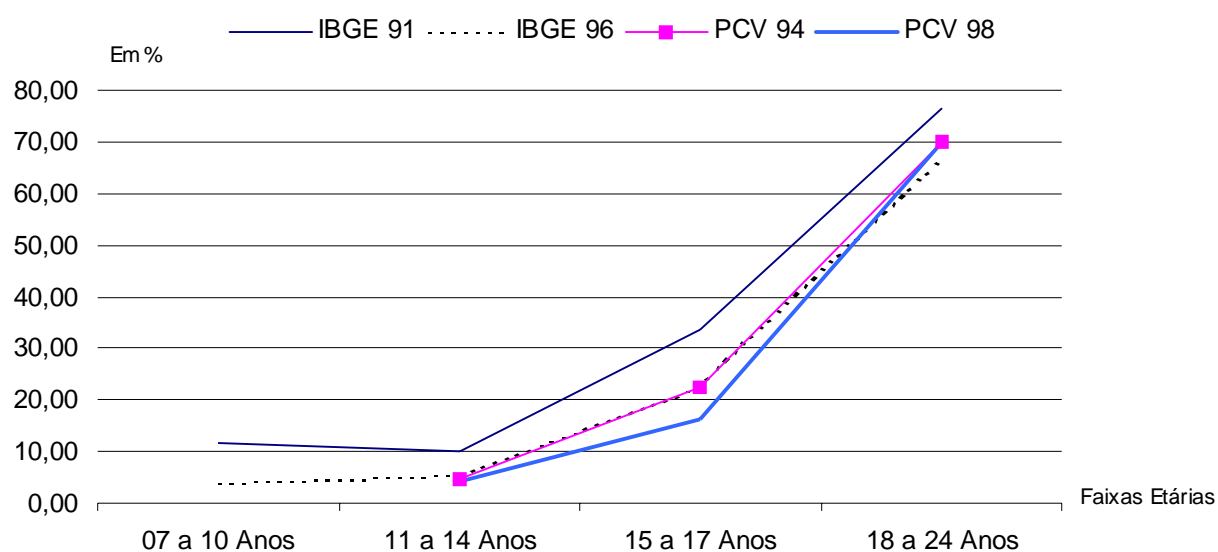
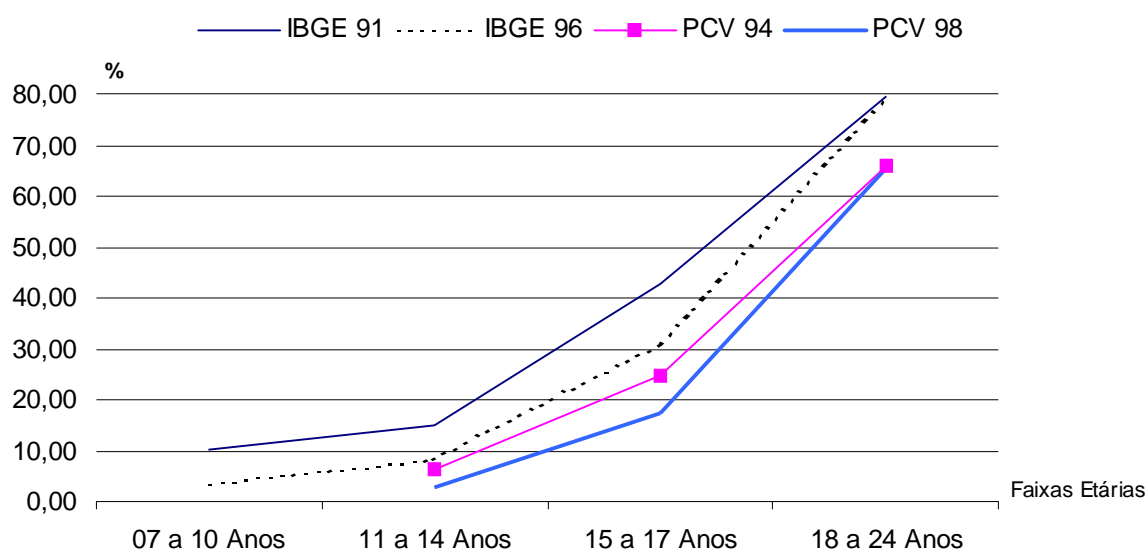


Gráfico 7
Proporção de Pessoas Fora da Escola, segundo Faixa Etária
Interior do Estado
1991-1998



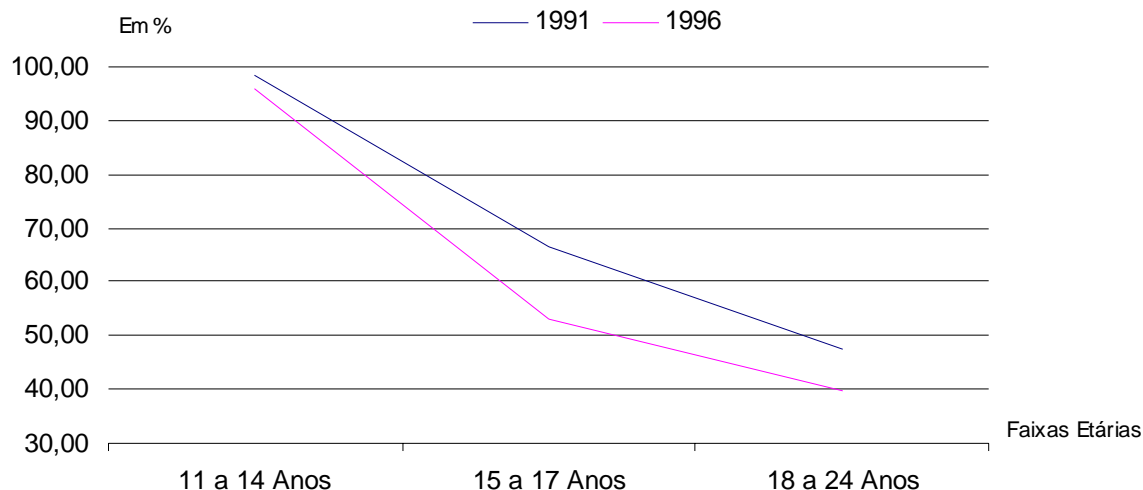
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1991 e Contagem Populacional 1996; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1994 e 1998.

Jovens com Menos de Oito Anos de Escolaridade

O Estado de São Paulo apresenta ainda elevada proporção de jovens entre 15 e 24 anos que não completaram o Ensino Fundamental. De fato, em 1996, a proporção era de 52,3% na faixa etária de 15 a 17 anos e de 40,8% para os jovens de 18 a 24 anos.

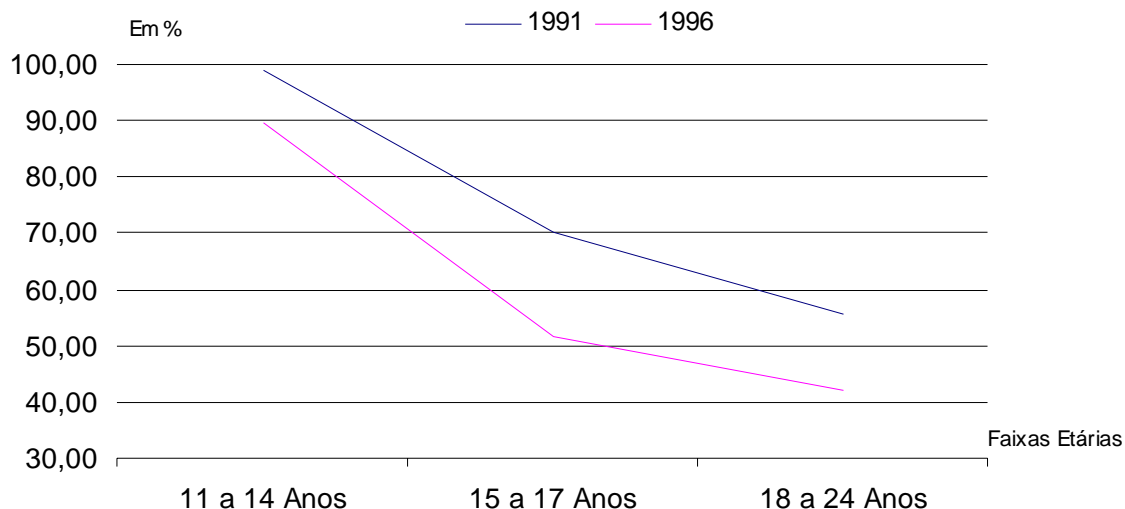
Na comparação entre 1991 e 1996, a proporção de jovens com menos de oito anos de escolaridade caiu tanto na Região Metropolitana de São Paulo quanto no interior do Estado. A queda se verificou também em todas as faixas etárias estudadas (Gráficos 8 e 9). Na Região Metropolitana, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo caiu de 66,4% em 1991 para 53,0% em 1996. No interior, o mesmo indicador apresentou queda ainda mais acentuada, passando de 70% para 51,1%. Entre os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, o ritmo de progressão foi semelhante, tanto na região metropolitana quanto no interior. Os dados apontam para um processo de rápida melhoria do chamado fluxo escolar, isto é, a progressão dos

Gráfico 8
Proporção de Pessoas com Menos de Oito Anos de Estudo,
segundo Faixa Etária
Região Metropolitana de São Paulo
1991-1996



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1991 e Contagem Populacional 1996.

Gráfico 9
Proporção de Pessoas com Menos de Oito Anos de Estudo,
segundo Faixa Etária
Interior do Estado
1991-1996

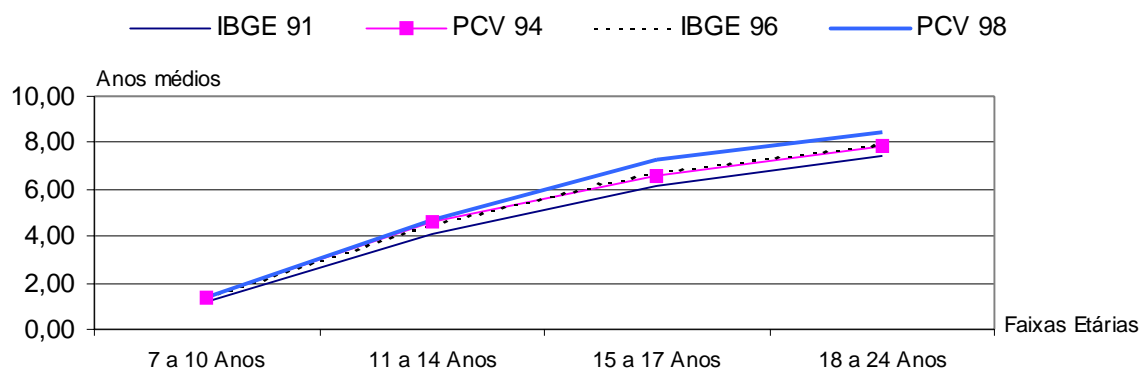


Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1991 e Contagem Populacional 1996.

alunos ao longo do sistema: terminar o Ensino Fundamental cada vez mais cedo aumenta as chances de permanência do jovem no processo educacional. É provável que a última reforma do ensino paulista, com a instituição da progressão automática e das classes de aceleração esteja ampliando ainda mais essa tendência nos anos recentes.

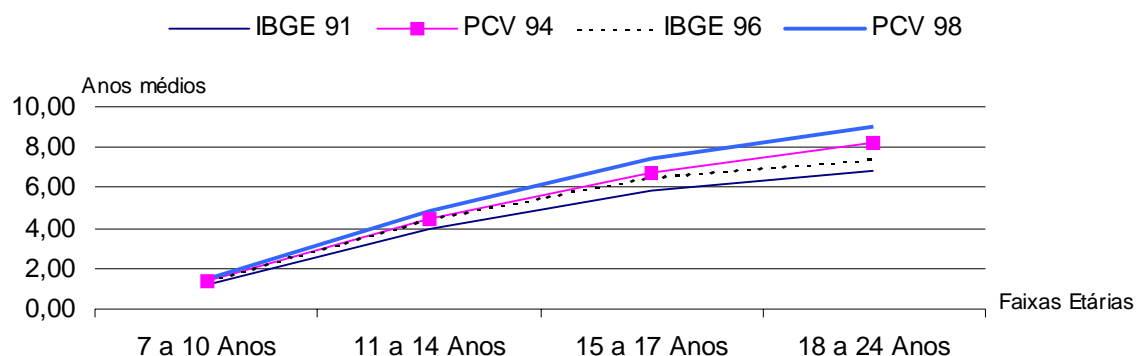
Os níveis atingidos em 1996 e as tendências observadas indicam que a universalização do acesso ao Ensino Fundamental está no horizonte do planejamento educacional do Estado de São Paulo para os próximos anos. A melhoria do fluxo escolar e a desaceleração da demanda em função do menor crescimento populacional e da queda da fecundidade, tornam possível atingir a meta de universalização desse nível de ensino entre os menores até 24 anos antes de 2004. Na hipótese de continuidade das tendências observadas, o desafio ao sistema será manter a tendência positiva e assegurar o acesso ao Ensino Médio e Ensino Superior para os jovens que estão crescentemente se formando no Ensino Fundamental. Quantitativamente, o desafio já é considerável e poderá ganhar escala dramática nos próximos anos, diante o volume de alunos presentemente cursando o Ensino Fundamental e do grande porte que tem, presentemente, a geração com idades entre 15 e 24 anos.

Gráfico 10
Anos Médios de Estudo de Crianças e Jovens, segundo Faixa Etária
Região Metropolitana de São Paulo
1991-1998



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1991 e Contagem Populacional 1996; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1994 e 1998.

Gráfico 11
Anos Médios de estudo de Crianças e Jovens, segundo Faixa Etária
Interior do Estado de São Paulo
1991-1998



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1991 e Contagem Populacional 1996; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1994 e 1998.

Escolaridade Média de Crianças e Jovens de São Paulo

A redução do analfabetismo, o aumento da frequência à escola entre crianças e jovens e a redução do número de jovens com menos de oito anos de estudo tendem a aumentar a escolaridade média da população no Estado de São Paulo. De fato, entre os jovens paulistas de 18 e 24 anos em 1996 a escolaridade média era de quase oito anos, claramente superior à escolaridade média da população economicamente ativa.

Em termos de tendências, verificou-se nos anos 90 um aumento constante na escolaridade média dos jovens, tanto na região metropolitana, quanto no interior do Estado (Gráficos 10 e 11). Na região metropolitana, a escolaridade média dos jovens de 15 a 17 anos cresceu para todos os anos observados (91, 94, 96 e 98), atingindo mais do que sete anos de estudo em média em 1998. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o indicador também evoluiu, atingindo mais do que oito anos de estudo na última data. No interior houve tendência semelhante, embora os dados observados não sejam totalmente comparáveis, uma vez que a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) para os anos de 1994 e 1998 cobre apenas os municípios com mais de 50 mil habitantes.

Os dados disponíveis apontam para melhor fluxo escolar, fazendo com que os jovens cheguem cada vez mais cedo a um nível de escolaridade mais elevado em relação às gerações anteriores. Como o mercado de trabalho é restritivo, empregando cada vez menos jovens, é provável que boa parte dos mais escolarizados entre elas permaneça na escola, buscando cursar o Ensino Médio e ampliar suas chances de competir por um lugar no mercado de trabalho. Até que ponto a Escola Paulista está ciente e pronta para o desafio?

Se os argumentos são verdadeiros, o que estará ocorrendo com a demanda pelo Ensino Médio? Como assegurar este nível de ensino para a grande geração de jovens que está conseguindo concluir o Ensino Fundamental? Quem é este jovem, que tipo de ensino ele demanda e como a escola deve se colocar diante dele? Questões como o ensino noturno e a violência nas escolas se colocam na ordem do dia, mesmo porque os jovens que estão chegando hoje ao Ensino Médio vêm de famílias cada vez mais pobres, que nunca tiveram acesso a este grau de escolarização. Até que ponto nossa escola está pronta para eles?

Evolução das Matrículas no Sistema de Ensino de São Paulo

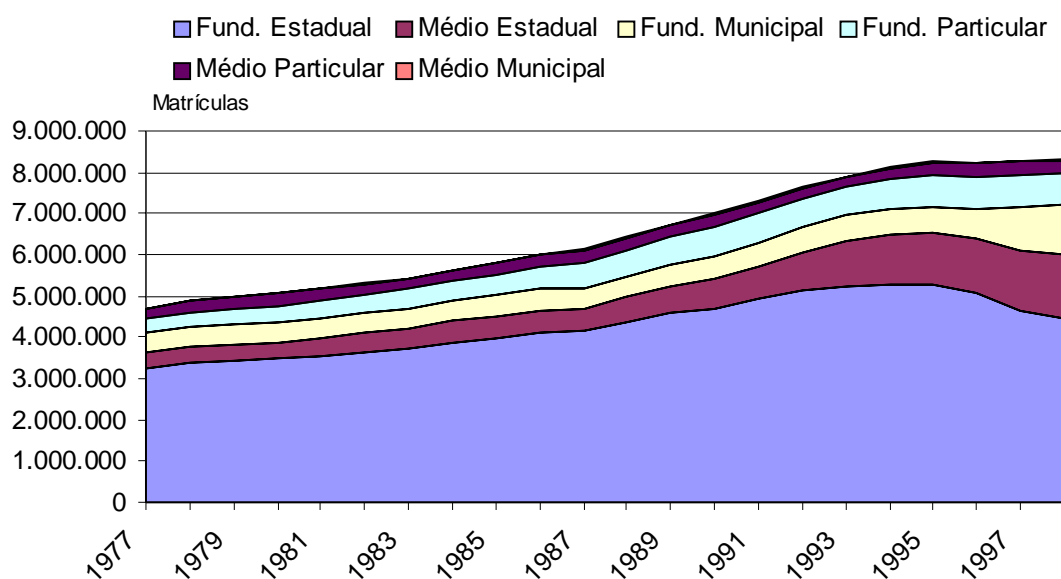
O número de alunos matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio apresentou notável crescimento nos últimos 20 anos, passando de 4,9 milhões de alunos em 1978 para 8,3 milhões em 1998 (Gráfico 12). O ensino público estadual era e continua sendo o principal provedor de educação em São Paulo, apesar de pequena queda de sua participação relativa. Em 1978, o sistema estadual contava com 3,8 milhões de matrículas (77,6% do total) e, em 1998, a oferta era 6 milhões (72,5%). Por outro lado, observou-se significativo aumento na participação dos municípios paulistas na oferta de Ensino Fundamental, cuja oferta passou 0,4 milhões de vagas em 1978 (9% do total) para 1,2 milhões em 1998 (14,5%). Em outras palavras, o setor público todo manteve sua participação na oferta total de vagas, com aproximadamente 87% das matrículas.

Além da expansão do sistema em si, outra importante mudança foi a expansão do Ensino Médio: em 1978, havia 0,7 milhões de vagas, ou 14,3% do total oferecido pelas escolas estaduais, municipais e particulares do Estado. Em 1998, o Ensino Médio atingiu o importante montante de 1,9 milhões de matrículas, ou 23,1% do total de indivíduos matriculados (Gráfico 12). Sem dúvida, a expansão do Ensino Médio foi consequência exclusiva do esforço das escolas estaduais. Estas, que respondiam por 59% das vagas de em 1978, passaram a oferecer 82,8% das matrículas em 1998, atendendo a um total de 1,6 milhões de jovens. Essa notável expansão ocorreu

principalmente nos últimos dez anos, e parece caracterizar o acesso de parcelas crescentes da população de baixa renda a esse nível de ensino.

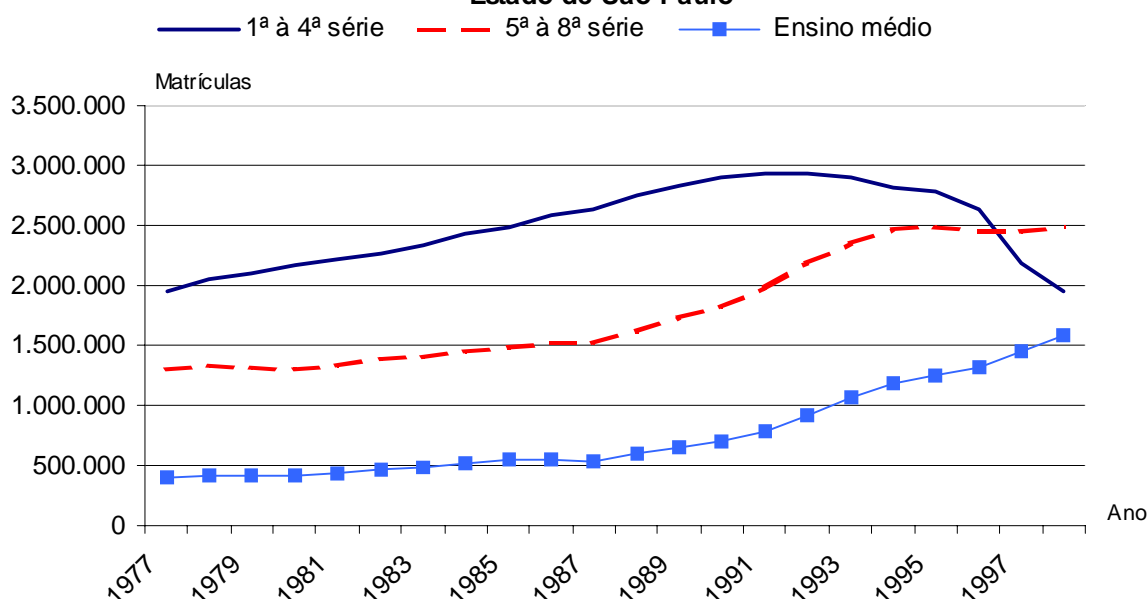
A esse forte aumento do Ensino Médio porém, correspondeu a queda nas matrículas da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental oferecidas pelo Estado (Gráfico 13). Dois são os motivos principais: aumento do número de matrículas nas escolas municipais – o que indica que a municipalização do Ensino Fundamental está em curso – e fatores demográficos relacionados à redução do ritmo de crescimento populacional e à queda da fecundidade. Com a expansão do

Gráfico 12
Matrículas Totais do Sistema de Ensino
Estado de São Paulo
1977-1997



Fonte: Secretaria de Estado e Educação

Gráfico 13
Matrículas no Sistema Estadual
Estado de São Paulo



Fonte: Secretaria de Estado e Educação

número de vagas no Ensino Médio, o sistema estadual parece tentar responder ao desafio de educar o jovem, representado pela maior permanência do aluno na escola e pela melhoria do fluxo escolar. Resta saber em que condições essa resposta está ocorrendo.

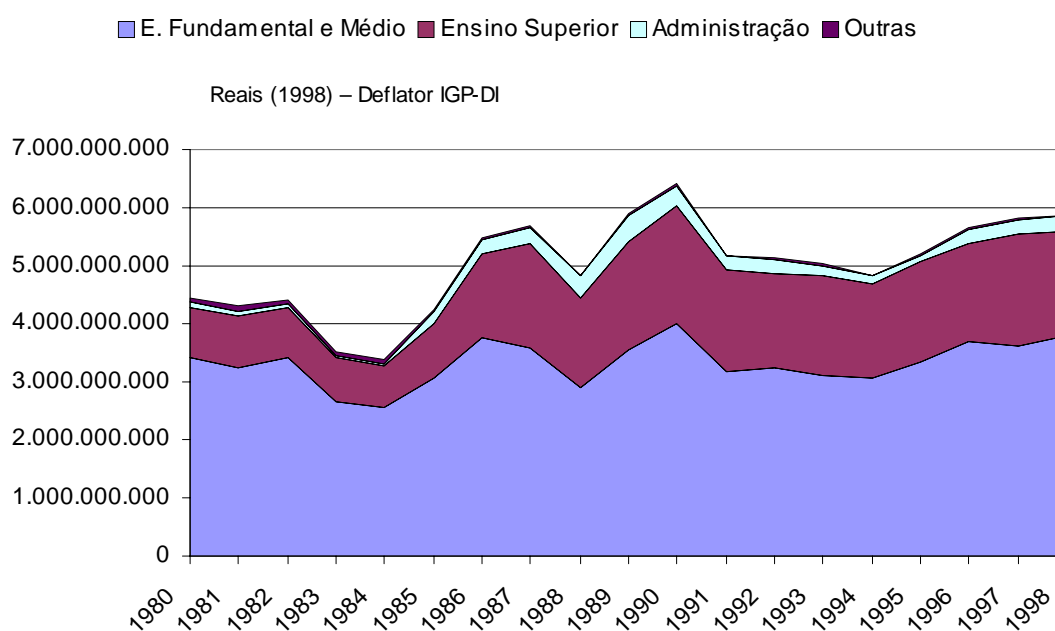
Evolução das Despesas do Sistema Estadual de Ensino

A evolução das despesas em educação, conforme classificação da Secretaria da Fazenda (Gráfico 14), apresenta algumas características que merecem destaque:

- observou-se, um em meados dos anos 80, notável aumento do gasto em educação parcialmente revertido no início dos anos 90 e retomado posteriormente, no fim da década;
- o principal segmento beneficiado pelo aumento das despesas foi o Ensino Superior, que respondia por 19,3% da despesa total em 1980, 34% em 1991 e 30,5% em 1998;
- os níveis de Ensino Fundamental e de Ensino Médio obtiveram dotação orçamentária relativamente estável ao longo do tempo, em torno de 3,5 bilhões de reais, com quedas importantes nos períodos de recessão acentuada (1983-84, 1987-88 e 1992-93) e recuperação significativa nos últimos anos.

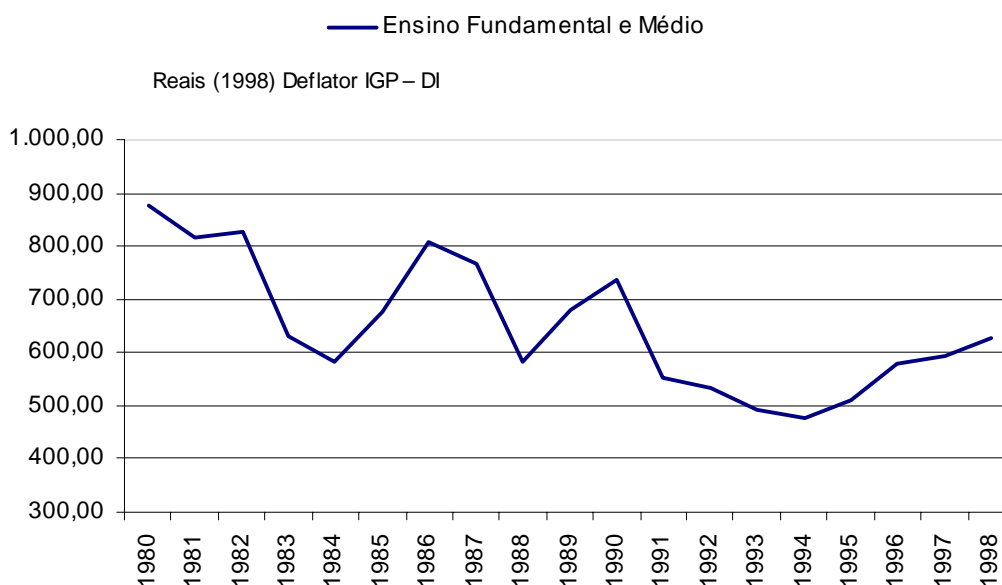
A surpreendente estrutura orçamentária é fruto, em parte, da Constituição Estadual que destina obrigatoriamente parcelas fixas da arrecadação de ICMS para o Ensino Superior. Assim, paradoxalmente, as condições de financiamento do Ensino Fundamental e particularmente do Ensino Médio encontram-se relativamente comprimidas. Por exemplo, a expansão que estes níveis de ensino estavam obtendo no início da década de 90 parece ter implicado uma redução do gasto médio por aluno matriculado (Gráfico 15). De fato, o gasto médio por aluno nos níveis de Ensino Fundamental e de Ensino Médio caiu de um pico próximo a 800 reais em 1986 para um valor inferior a 500 reais em 1994, vindo a se recuperar desde então. Em 1998, o gasto médio por matrícula nos níveis de Ensino Fundamental e de Ensino Médio atingiu um valor próximo a 630

Gráfico 14
Despesas Estaduais com Educação
Estado de São Paulo
1980-1998



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda; Fundação Seade.

Gráfico 15
Despesa por Matrícula nas Escolas Estaduais
Estado de São Paulo
1980-1998



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda; Fundação Seade.

reais. Caso se inclua a despesa de administração, este valor passa para 652 reais. É preciso considerar ainda que o número de alunos atendidos pela rede cresceu, substancialmente, passando de 3,9 milhões para 6 milhões.

Esses elementos indicam que a expansão do Ensino Médio discutida anteriormente parece se dar num contexto de condições de financiamento restritivas: verifica-se notável expansão do sistema, com lento crescimento da dotação orçamentária. Em outras palavras, assegurar o financiamento do Ensino Médio parece ser fundamental tanto do ponto de vista da continuidade do avanço nos indicadores educacionais, quanto do ponto de vista de uma política para a juventude, com amplas repercussões para a segurança pública e a qualificação profissional.

Ensino Profissionalizante e Novas Exigências do Mercado de Trabalho

A demanda por Ensino Médio está crescendo fortemente e os jovens desejam um ensino atraente e compatível com as características do mercado de trabalho. Em 1998, porém, a frequência a cursos técnicos e profissionalizantes entre os jovens de 15 a 24 anos, no Estado de São Paulo, mostrou-se bastante restrita. Segundo os dados da PCV-98, apenas 18,7% dos jovens das famílias entrevistadas cursavam ou tinham concluído cursos profissionalizantes. Entre os cursos mais frequentados, merecem destaque os de processamento de dados (25%), de magistério (14,9%) e de contabilidade (12,4%).

Apesar da baixa frequência a cursos técnicos e profissionalizantes, o mercado de trabalho é percebido por parte da população como sendo extremamente exigente tanto no que diz respeito à escolaridade formal quanto a novos requisitos educacionais, como a operação de microcomputadores, a execução de tarefas em equipe e o conhecimento de línguas estrangeiras. Em outras palavras, os jovens que procuram cursos profissionalizantes na área de informática, por exemplo, comportam-se de forma consistente com a percepção que os jovens e suas famílias têm a respeito das tendências do mercado de trabalho.

De fato, enquanto 50,2% dos entrevistados pela PCV-98 consideravam a conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio como indispensáveis para a obtenção de um emprego, 41,8% conside-

ravam o aprendizado para o trabalho em equipe como importante e 23,5% destacavam como essencial aprender a usar o computador (Tabela 3). Ou seja, o aprendizado complementar ganha o mesmo destaque que o aprendizado formal, do ponto de vista da percepção que os jovens têm a respeito do mercado de trabalho.

Em síntese, existem evidências de que os jovens e suas famílias tendem a considerar o ensino profissionalizante como importante, desde que este não implique o comprometimento do aprendizado formal e esteja sintonizado com as tendências de mercado. Trata-se de evidência

Tabela 3
Proporção de Assalariados de 15 a 24 Anos, segundo a Percepção dos Requisitos Exigidos pelo Empregador para o Exercício da Ocupação
Estado de São Paulo
1998

Percepção dos Requisitos Demandados pelo Empregador	% de Menções
Escolaridade Mínima de Ensino Fundamental	24,0
Escolaridade Mínima de Ensino Médio	26,2
Escolaridade Mínima de Ensino Superior	5,6
Idioma Estrangeiro	4,5
Trabalhar em Equipe	41,8
Operar Microcomputador	23,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Nota: Não inclui os assalariados que ganham exclusivamente por produção.

importante no sentido de tornar o Ensino Médio mais adequado à demanda da juventude e mais eficiente do ponto de vista da integração do jovem ao mercado de trabalho. Se levar em conta essas dimensões, é provável que o Estado consiga ampliar significativamente a proporção de jovens que permanecem na escola.

Conclusão

O analfabetismo entre os que passaram recentemente pelo ensino público (adolescentes e jovens) está praticamente erradicado. Ao mesmo tempo, a meta legal de fazer com que toda criança de 7 a 14 anos esteja na escola está muito próxima de ser conseguida. São objetivos importantes que merecem destaque, pois têm sido perseguidos pelo sistema educacional ao longo de décadas.

Não obstante a importância dos avanços alcançados pela escola paulista na última década, o século XXI traz novos e importantes desafios para o sistema escolar de São Paulo, relacionados ao avanço da escolaridade média da população e à melhoria da qualidade do ensino. Para responder a estes desafios, novas metas devem ser colocadas a partir de agora. A primeira delas diz respeito à busca da universalização do Ensino Fundamental. A melhoria do fluxo educacional, a redução da pressão demográfica e a redução da evasão escolar indicam que se trata de uma meta factível no curto prazo, inclusive tomando como referência a geração de crianças que já está na escola e que tem hoje entre 7 e 14 anos.

A segunda meta diz respeito à universalização da educação entre os jovens. Trata-se de objetivo muito mais ambicioso, tendo em vista principalmente as pressões para a entrada precoce

do jovem no mercado de trabalho e a enorme pressão em que se encontra hoje o sistema de Ensino Médio e o limitado tamanho de nosso Ensino Superior. Trata-se de objetivo fundamental se quisermos dar ao sistema educacional uma perspectiva de longo prazo.

Independentemente de ser atingida ou não, a perseguição desta última meta implicará na elevação da escolaridade média de nossa juventude, com impactos importantes para diversas dimensões da vida social e para o mercado de trabalho. Além disso, a inação neste campo pode ter repercussões graves. De fato, com a redução do número de crianças e jovens fora da escola e com a melhoria do fluxo escolar, a demanda pelo Ensino Médio e Ensino Superior está crescendo e tenderá a crescer de forma significativa nos próximos anos. Além disso, o fenômeno está sendo intensificado pelo grande tamanho numérico da geração que tem hoje entre 15 e 24 anos. Trata-se provavelmente da maior geração de jovens de nossa história.

Tudo isso faz com que com que o Ensino Médio esteja hoje fortemente pressionado, sem que as condições de financiamento deste nível de ensino tenham sido adequadamente resolvidas. Além de seu impacto para a política educacional, esses elementos trazem importantes repercussões para diversos outros campos das políticas públicas, como as áreas de segurança pública e de emprego.

Finalmente, cabe mencionar a meta da melhoria da qualidade do ensino. O poder público tem se posicionado a respeito, investindo no aumento da carga horária, na introdução de critérios de comparação entre escolas, na definição de parâmetros curriculares, etc. Estas são algumas das ações pedagógicas que foram tomadas e que têm de continuar para que a escola melhore. Trata-se porém, de meta mais complexa do ponto de vista operacional, pois diz respeito a aspectos qualitativos e não apenas quantitativos. Afinal, melhorar o tipo de ensino que está sendo oferecido às crianças e jovens, bem como entender quem é esse estudante e que tipo de necessidade e aspiração ele tem, é um exercício a ser realizado diariamente em cada escola e em cada sala de aula. Neste sentido, a mobilização da sociedade, cobrando e participando do dia-a-dia da escola, é que vai realmente assegurar um avanço considerável nesse campo.